



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS CURSO
DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA COMO
ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE DE
SÃO PEDRO DOS BOIS – AP**

**MACAPÁ
2019**

ADRIAN KETHEN PICANÇO BARBOSA

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA COMO
ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE DE
SÃO PEDRO DOS BOIS – AP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pela acadêmica Adrian Kethen Picanço Barbosa ao Colegiado de História como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciada em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) sob a orientação da Prof^a.Dr^a. Júlia Monnerat Barbosa.

MACAPÁ

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os ancestrais negros e negras que com sua resistência permitiram que as gerações subsequentes pudessem experimentar da liberdade, e com ela lutar por um mundo com mais equidade.

Para além destes, esta pesquisa é dedicada a mulher negra que mais me inspira para continuar na busca por meus sonhos, minha mãe (e avó) Maria Santana Picanço Barbosa (*In Memoriam*). Absolutamente nada em minha vida seria possível se não fosse a dedicação, carinho e fé desta mulher.

Por fim e não menos importante, este estudo é dedicado a Anny Picanço Barbosa e Telma Picanço Barbosa, minhas queridas tia e madrinha, respectivamente, que dedicaram parte de suas vidas para cuidar de mim e ainda e custear meus estudos, dando base para que eu pudesse me construir como uma mulher independente e dedicada. Ensinaram-me através dos conselhos mais importantes como passar pelos problemas com serenidade e atenção.

AGRADECIMENTOS

Após um longo caminho percorrido na graduação, agradecer a todos e todas que ajudaram a atravessar esta etapa é um trabalho difícil, porém, gratificante, por olhar para minha trajetória na graduação e perceber que por mais que pensasse estar só, em nenhum momento estive realmente sozinha. Foram muitas lutas, dores, choros, felicidades, vitórias e principalmente, muito aprendizado seja acadêmico ou não.

Inicialmente quero agradecer a Deus (a todos eles e elas!), por nos momentos mais íntimos de cansaço e falta de esperança, ter subjetivamente me dado força para continuar e nos momentos de felicidade, ter sido o primeiro nome a sair de minha boca para agradecer. Agradeço também aos guias e Orixás que regem meus caminhos nas batalhas e vitórias que tenho passado. Amém! Axé!

Como parte importante de minha trajetória, gostaria de agradecer com a mais profunda sinceridade a minha família, que independente de qualquer coisa esteve ao meu lado. As minhas tias: Cinara Picanço Barbosa, Maria do Socorro Vilhena e Maria de Nazaré Ramos Picanço (tia Ila), meu muito obrigado! Aos meus tios: Antônio Picanço Barbosa, Adriano Picanço Barbosa e Tarcísio Picanço Barbosa, obrigado! Ainda como partes integrantes e importantes da família, gostaria de agradecer Silvane Barbosa Miranda, por toda ajuda, ensinamentos e carinho. Agradeço também a meu padrasto Raimundo Carlos Macêdo, pela ajuda em horas necessárias. Agradeço a minha irmã Isabelle Macêdo, por ouvir meus ensaios de apresentação até quando não queria e por me mandar parar quando via que estava ficando doida de tanto estudar.

Nesta parte, aproveito também para agradecer as minhas primas Tainar Vilhena Barbosa, Vitória Vilhena Barbosa, Anna Maria Vilhena Barbosa, Laura Miranda Barbosa, Maria Alice Picanço, Amanda Josaphat e Thalia Carvalho, por passarem por esse processo de construção e desconstrução junto comigo. Sei que todas aprendemos juntas! Para fechar o agradecimento da molecada, agradeço a meu primo (irmão) e xodó, Antônio Monteiro Barbosa Neto, por ser a criança mais esperta que conheço e com sua curiosidade me fazer pensar em inúmeras questões da vida cotidiana. De uma forma especial, agradeço a duas pessoas importantíssimas em minha trajetória, minha mãe Daniela Picanço Barbosa e meu avô (e pai) Antônio Monteiro Barbosa, sem vocês dois eu não teria tido força suficiente para seguir e nem a estabilidade necessária para caminhar com confiança, do fundo do coração, obrigado!

A graduação me proporcionou muitas coisas, boas e ruins, por isso agradeço aos colegas da turma 2015.1. Porém, não posso passar por estes agradecimentos sem citar os/as profissionais responsáveis por me apresentarem a teoria, a prática, a vida, os sentidos e os porquês e com que ferramentas, poderia me tornar uma historiadora e professora de História a todos os/as meus/minhas professores e professoras, meu mais sincero agradecimento. Em especial, gostaria de citar os/as que são fonte de inspiração para mim e para tantos/as outros/as colegas de turma que tiveram a sorte de aprender com estes/as docentes. As professoras: Mariana Gonçalves, Carmentilla Martins, Simone Garcia, Maura Leal, Cecília Bastos, Karol Diniz e Verônica Luna, obrigada! Aos professores: Albert Cordeiro, Andrius Noronha, Carlos Alberto, Alexandre Cruz e Sidney Lobato, muito obrigado!

De forma especial agradeço a minha orientadora, professora e amiga, Júlia Monnerat Barbosa, que ajudou a guiar esta pesquisa. Obrigado por cada momento de força, paciência e acolhimento que você teve nesses meses de produção e nestes anos de graduação.

É tanta gente para agradecer, mas eu não poderia jamais deixar de fora de meus agradecimentos as pessoas que, sem ter responsabilidade nenhuma comigo, cuidaram e se preocuparam com minhas felicidades e aflições, os/as meus amigos e amigas. Vou começar agradecendo 4 pessoas muito especiais, cada uma com sua especificidade, porém todos/as importantes na minha vida: Marcela Bianca, Diogo Souza, Cledson Evangelista e Lorena Souza. Sem o apoio incondicional de vocês, aqueles dias infernais na graduação teriam sido mais árduos e os dias bons, não teriam sido tão bons assim. Deixo aqui registrado o meu amor e o meu mais profundo agradecimento. E quero ressaltar ainda que, sem a Lorena, esta pesquisa nem teria começado. Ela foi minha parceira e incentivadora, por tanto, mil vezes obrigado, minha amiga!

Eu tenho a sorte de ter muitos amigos e amigas! Nesta parte gostaria de agradecer a um grupo onde nem todos/as estudaram comigo ou estudaram, mas seguiram outros caminhos, porém, nunca distantes e acabaram sendo elementos importantes com os quais eu pude e posso contar sempre. Registro aqui meus agradecimentos sinceros a: Natasha Noelle, Anderson Moraes, Tiago Flexa, Roger Azevedo, Lucas Rilsony, Vinicius Milhomem e Leandro Almeida.

Ainda aos/as amigos e amigas Rafael Pantoja, Ádria Amoras, Brenda de Cássia, Ana Cordeiro, Fernanda Lima, Clebson Rodrigues, Mariane Sarmento, Elen Vitória, Alessandra Vales, Marlon Galeno, Higor Pereira, Antônia Freitas, Ruan Sampaio, Kamila Pires, Ivan Nolasco e Antônio Mario. Meu muito obrigado pelo apoio e fidelidade a que se propuseram durante esta etapa da graduação. Encerrando a parte dos/as amigos/as, de uma forma especial, gostaria de agradecer a Bruno Carvalho e Charles Tayson, meus fiéis escudeiros, meus irmãos, que quando eu não pude caminhar ou lutar, fizeram isso por mim. Eu não tenho palavras para agradecer tudo que vocês já fizeram. Estaremos juntos! Muito obrigado!

Por último e não menos importante, agradeço aos/as profissionais da Superintendência do Instituto do Patrimônio Artístico, Histórico Nacional - IPHAN – AP, que proporcionaram através da experiência de trabalho no âmbito do patrimônio imaterial, um crescimento pessoal e profissional, impactando de forma positiva em minha formação. É provável que eu esteja esquecendo alguém, porém, sou muito grata a todos/as que me incentivaram e me ajudaram no processo de formação. Obrigado!!!

“Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros” (Abdias do Nascimento)

RESUMO

O objeto desta pesquisa é a Educação Escolar Quilombola, entendida aqui como uma modalidade de ensino que se constrói como uma unidade entre a educação formal e as práticas tradicionais vivenciadas nas comunidades quilombolas. Este modelo de educação tem o intuito reafirmar e construir o sentimento de pertencimento nos estudantes. De forma específica este trabalho irá partir das práticas educacionais da Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas, localizada no Quilombo de São Pedro dos Bois no perímetro rural de Macapá-AP, com o recorte temporal centrado nos anos de 2011 a 2018, momento que a escola passa a utilizar a Educação quilombola como uma modalidade de ensino. O referido quilombo é categorizado neste trabalho como um Quilombo Contemporâneo, conceito defendido por Moura (2007) e Souza (2012), como forma de identificar os quilombos se articulam politicamente na busca por direitos. Os dados desta pesquisa foram analisados através da abordagem qualitativa, dentro das definições de Silveira e Córdova (2009), que entendem que a pesquisa que se utiliza desta metodologia, busca a compreensão e aprofundamento de um grupo social, organização etc. sem manter uma distância do objeto, mas sim estando em interação com o mesmo durante o processo de coleta e análise dos dados. Como opção de ferramenta de coleta de dados, utilizamos questionários semi-abertos com os/as estudantes do 1º ao 9º ano buscando compreender as percepções que estes tinham sobre a Educação Escolar Quilombola. Este mesmo tipo de questionário, adensado aos relatos voluntários também foram utilizados com professores/as e lideranças da comunidade. Como parte da metodologia de coleta de dados também foi realizado uma série de atividades em conjunto com a escola visando entender o cotidiano da mesma e os impactos que a utilização da modalidade de ensino estudada tem causado na comunidade. Tudo isso com o objetivo de compreender o processo histórico que permite a implementação da Educação Escolar Quilombola na escola Teixeira de Freitas. E isso resultou em uma percepção positiva dos impactos e desdobramentos desta modalidade de ensino na referida comunidade. Entre processos históricos e currículos esta investigação tem como uma de suas bases a desconstrução das visões hegemônicas sobre os processos ditos civilizatórios que compõe o sistema educacional brasileiro.

Palavras-Chave: Educação Escolar Quilombola. Pertencimento. Quilombo. Currículo.

ABSTRACT

The object of this research is quilombola schooling, which has been recognized as teaching modality that is built as a unity between both formal education and traditional practices lived on quilombolas communities. This education model intends to reaffirm and building the sense of belonging on students. Due to this specific way, this paper will analyze quilombola public school Teixeira de Freitas's educational practices, placed at Quilombo de São Pedro dos Bois, on Macapá-AP, rural perimeter, focusing on time from 2011 to 2018, when that school starts to use quilombola education as teaching modality. This quilombo is categorized in this research as a Contemporary Quilombo, a concept defended by Moura (2007) and Souza (2012), as a way of identifying quilombos are articulated politically in the search for rights. The data of this research were analyzed through the qualitative approach, within the definitions of Silveira and Córdova (2009), who understand that the research that uses this methodology, seeks the understanding and deepening of a social group, organization, etc. without keeping a distance from the object, but rather being in interaction with it during the data collection and analysis process. As a data collection tool, we used semi-open questionnaires with students from 1st to 9th grade to understand the perceptions they had about Quilombola School Education. This same type of questionnaire, which is more in line with voluntary reports, was also used with teachers and community leaders. As part of the data collection methodology, a series of activities were also carried out in conjunction with the school to understand the daily life of the school and the impacts that the use of the studied modality has caused in the community. That resulted in a positive perspective about this teaching modality impacts and unfolding on mentioned community. Among historic processes and resumes, this investigation has been based on the hegemonic visions deconstruction about processes known as civilizations, which form Brazilian educational system.

Keywords: Quilombola Schooling. Belonging. Quilombo. Curriculum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. QUILOMBO CONTEMPORÂNEO DE SÃO PEDRO DOS BOIS: RESISTÊNCIA E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS	15
1.1 Panoramas da escravidão no Cabo Norte.....	16
1.2 Uma preta e uma branca: A história da ocupação do território de São Pedro dos Bois	18
1.3 De Quilombo Histórico a Quilombo Contemporâneo: São Pedro dos Bois e a busca por direitos.....	19
1.4 A educação como estratégia de resistência: caminhos para a efetivação de um direito essencial	25
1.5 Reivindicações e Deliberações: O crescimento do debate sobre a Educação Escolar Quilombola	27
2. POLÍTICAS PÚBLICAS COMO VIA DE UMA EDUCAÇÃO FORMAL DENTRO DAS REALIDADES QUILOMBOLAS	30
2.1 A estrutura da Educação Escolar Quilombola: Perspectivas e Desafios.....	33
3. TRADIÇÃO COMO BASE, EDUCAÇÃO COMO CAMINHO: A ESCOLA QUILOMBOLA ESTADUAL TEIXEIRA DE FREITAS E SUA EDUCAÇÃO “DIFERENCIADA”	41
3.1 Uma educação diferenciada: Caminhos para a Educação Escolar Quilombola	44
3.2 Projeto Batuque: Identidade e Pertencimento no ambiente escolar	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	75
ANEXOS.....	79
APÊNDICES	80

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é analisar a Educação Escolar Quilombola enquanto modalidade de ensino a partir das práticas educacionais da Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas, localizada no Quilombo de São Pedro dos Bois no perímetro rural de Macapá-AP. O recorte deste trabalho está centrado nos anos de 2011 a 2018, momento que a escola passa a utilizar tal modalidade como base de seus planos de organização pedagógica anuais.

As inquietações deste trabalho surgiram a partir de duas percepções, a primeira de que eu, enquanto mulher negra e remanescente quilombola da Comunidade de São Roque do Ambé¹, não tive em minha formação escolar inicial, conteúdos que pudessem me ajudar a criar uma consciência crítica com relação à história afro-brasileira ou que tivessem referências positivas aos negros e negras na história do Brasil. Na escola, fora do quilombo, o qual minha família descende, por toda a educação básica, como inúmeras outras crianças e adolescentes negras e negros, eu enxergava meus ancestrais como o lado “perdedor/passivo da história”, papel que em geral é apresentado nos conteúdos de base eurocêntricas do currículo escolar. Portanto o processo de me reconhecer com negra e quilombola de uma forma mais profunda, só aconteceu no primeiro ano da Universidade, onde pude me aproximar dos estudos das questões Étnico Raciais e da História e Historiografia Africana e Afro-brasileira.

A partir dessa aproximação surgiu a segunda percepção que contribuiu para as problemáticas deste trabalho, que foi a observação de alguns processos nos quilombos dos quais minha família é remanescente (São Pedro dos Bois e São Roque do Ambé) podendo assim relacioná-los com as lutas históricas do movimento negro, tais como a luta pela regularização do território e por saneamento básico nas referidas comunidades. Porém a busca por uma educação de qualidade foi a que mais se destacou durante esse período. Desde então, passei a pesquisar a situação educacional no Quilombo de São Pedro dos Bois e a forma como a Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas e vários de seus/suas agentes estavam tratando a história afro-brasileira, a Educação Escolar Quilombola e seu processo de implementação nesta instituição, tornando-se o objeto aqui estudado.

¹ Comunidade Quilombola que faz fronteira com São Pedro dos Bois, loco desta pesquisa.

As três questões norteadoras desta pesquisa, advindas desta experiência escolar específica são: Como a educação escolar quilombola vem sendo efetivada na comunidade de São Pedro dos Bois? Quais as condições de exequibilidade das ferramentas metodológicas desta modalidade de ensino? Essas metodologias têm atingido ou não seus objetivos de valorização e reafirmação da história e cultura quilombola? Para responder as questões que direcionam este trabalho, utilizarei uma abordagem qualitativa.

Sobre este método de análise nos apoiamos nas definições de Silveira e Córdova (2009, p.31e 32) que evidenciam que:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. [...]. Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível.

A partir desta base metodológica, construímos este trabalho analisando os dados gerados pela investigação em campo. Esses dados estão subjetivamente ligados as percepções dos agentes diretos do processo de implementação da Educação Escolar Quilombola na comunidade de São Pedro dos Bois, o que nos oportunizou averiguar os desdobramentos e impactos no quilombo a partir das ações realizadas pela Escola Teixeira de Freitas. Com isso compreendemos a abordagem qualitativa como a mais adequada para desenvolver as análises que nos propusemos fazer, principalmente em virtude da profundidade que a pesquisa de campo trouxe. Segundo Teixeira (2013, p.137 e 140)

Na pesquisa qualitativa o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. As experiências pessoais do pesquisador são elementos importantes na análise e compreensão dos fenômenos estudados. [...]. Na pesquisa qualitativa, o social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias-primas dessa abordagem. E o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana, o objeto da abordagem qualitativa.

Essa aproximação direta com o loco de pesquisa refletiu no uso da abordagem qualitativa neste trabalho, podendo assim ser uma base que suprisse a análise dos dados

gerados e de nossas formas e ferramentas de investigação. Sobre essas escolhas ainda é importante ressaltarmos que fizemos a opção prática de utilizar questionários semi-aberto² com as crianças do 1º ao 9º ano, dada a percepção de que entrevistas ou relatos seriam cansativos para as mesmas. Para os/as professores e professoras da escola assim como para as lideranças da comunidade, utilizamos questionários abertos, semi-abertos e relatos voluntários. A opção por questionários para esse grupo se deu pelo fator tempo, pois os horários que dispúnhamos na escola não eram propícios à entrevista, em virtude das atividades e ocupações que os/as profissionais estavam desenvolvendo. Por isso, utilizamos também os relatos voluntários onde, em seu tempo, por e-mail, os/as professores e professoras descreveram suas metodologias e as adequações feitas a elas por atuarem em uma escola quilombola.

Esse aparato metodológico se construiu para alcançarmos os objetivos desta pesquisa, sendo o objetivo geral compreender o processo histórico que permite a implementação da Educação Escolar Quilombola enquanto política pública educacional da luta antirracista. Já os objetivos específicos são: Analisar o processo de implementação da Educação Escolar Quilombola na Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas; avaliar os impactos desta modalidade de ensino no cotidiano dos estudantes e na comunidade São Pedro dos Bois; e por fim identificar as metodologias e currículos específicos da Educação Escolar Quilombola utilizados para atender as especificidades do povo quilombola.

Partindo destes objetivos, dividimos este trabalho em três capítulos. O primeiro capítulo discorre sobre a escravidão negra na Amazônia, tecendo um histórico da comunidade quilombola de São Pedro dos Bois, destacando suas lutas políticas por direitos e melhorias nas condições de vida na comunidade. Ainda neste capítulo, apresentamos o processo histórico de luta do Movimento Negro por uma educação de qualidade e introduzimos o conceito de Quilombo Contemporâneo defendido por Almeida (1996), Moura (2007) e Souza (2012) para denominar o pressuposto sob o qual a Comunidade de São Pedro dos Bois será analisada.

² De acordo com Chagas (2010) “três modalidades de questionários são definidas em razão da natureza de suas perguntas. Assim, um questionário aberto é elaborado apenas com perguntas abertas (também conhecidas como “subjetivas”), ou seja, aquelas em que a resposta é apresentada textualmente e de forma livre. Por outro lado, um questionário fechado é elaborado com perguntas cujas respostas são definidas em meio a alternativas previamente estabelecidas (também conhecidas com questões “objetivas”). Por consequência, o questionário semiaberto apresenta um misto de questões abertas e fechadas.”

No segundo capítulo apresentamos as Políticas Públicas que atendem as especificidades sociais do povo negro no Brasil e as categorias de viés educacional destas políticas que fazem parte deste cenário de lutas. Dentre as muitas legislações utilizadas nesta pesquisa, destaco leis como a 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira, além desta o Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais, que reconhece os quilombos e quilombolas na legislação e garanti-lhes a emissão de títulos de terra de seus territórios históricos e a Resolução N°08 que institui a Educação Escolar Quilombola como uma modalidade de ensino, introduzindo sua estrutura e diretrizes. Já o terceiro capítulo traz uma apresentação da Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas e o processo de implementação da Educação Escolar Quilombola na referida instituição. Ainda neste último capítulo, analisamos de uma forma densa o principal projeto escolar embasado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola da Escola Teixeira de Freitas, o Projeto Batuque, principal elemento da educação diferenciada na comunidade.

O caminho percorrido na construção deste trabalho foi árduo, tanto no sentido logístico, para acessar o local da pesquisa, quanto no apoio bibliográfico e historiográfico, em virtude das escassas referências sobre a Educação Escolar Quilombola, sendo este um tema pouco explorado dentro das pesquisas no âmbito da educação, ensino de história e da historiografia em geral. Porém, utilizamos autores/as como Givânia Silva, Nilma Lino Gomes, Circe Bittencourt, Mauro Cezar Coelho, Selva Guimarães, Tomaz Tadeu da Silva e Verônica Luna, que foram bases para a construção da análise acerca da Educação Escolar Quilombola como uma modalidade de ensino e também na contextualização do processo histórico de lutas do Movimento Negro e quilombola pela emancipação através da educação, como indica Gomes (2017 p. 42).

O Movimento Negro Brasileiro enquanto forma de organização política e de pressão social - não sem conflitos e contradições - tem se constituído como um dos principais mediadores entre a comunidade negra, o Estado, a escola básica e a universidade. Ele organiza e sistematiza saberes específicos construídos pela população negra ao longo de sua experiência social, cultural, histórica, política e coletiva.

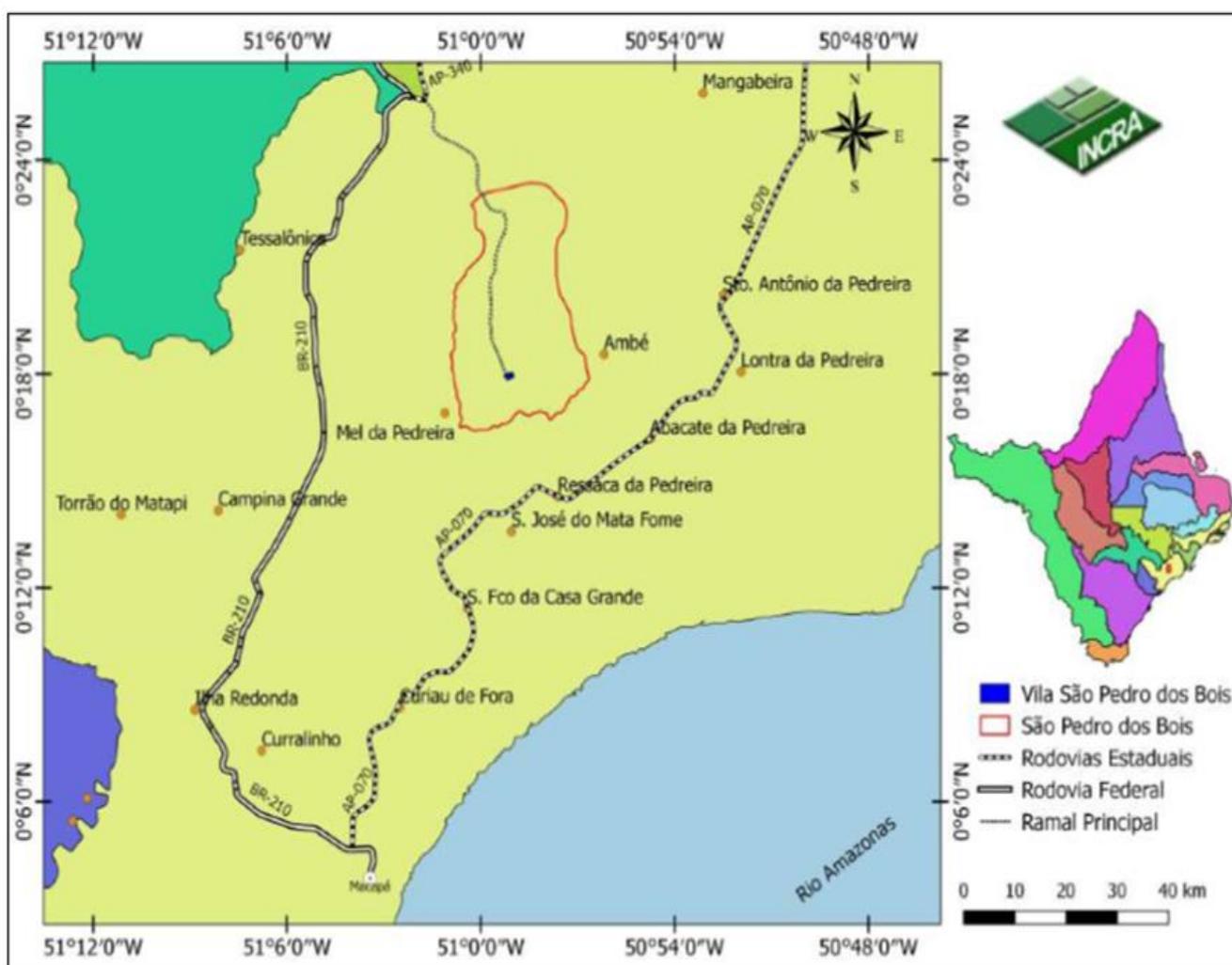
Portanto, esta pesquisa propõe-se a dialogar com o contexto de mudanças no âmbito do sistema educacional no brasileiro, analisando os marcos legais que norteiam a implementação de políticas públicas educacionais, neste caso a Educação Escolar Quilombola. Ressaltamos ainda que este estudo se faz necessário por entendermos que, no cenário acadêmico, a produção acerca da Educação Escolar Quilombola e suas

metodologias ainda seja insuficiente. Além de uma necessidade acadêmica, a dimensão social da pesquisa se destaca, pois, a mesma busca compreender como os processos educativos da comunidade quilombola de São Pedro dos Bois dialogam e contribuem com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e como estas metodologias e resultados desta modalidade de ensino tem refletido no cotidiano da referida comunidade e na reafirmação do sentimento de pertencimento quilombola.

1. O QUILOMBO CONTEMPORÂNEO DE SÃO PEDRO DOS BOIS: RESISTÊNCIA E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

São Pedro dos Bois é uma das comunidades remanescente de quilombo que se estabeleceu ao longo do Vale do Rio Pedreira, tal como identificado no Relatório Antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural da comunidade, resultado do projeto “Comunidades duráveis”³, que visava contribuir para a regularização de terras de seis comunidades quilombolas no Amapá. Hoje como indicado no mapa abaixo, a comunidade fica no perímetro rural de Macapá, tendo acesso pela BR 210.

Figura 1-Mapa de acesso e Localização Geográfica da comunidade de São Pedro dos Bois



Fonte: Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas - INCRA 2017

³ Parceria entre a Agência de Desenvolvimento do Amapá - ADAP- e a Universidade Federal do Amapá

1.1 PANORAMAS DA ESCRAVIDÃO NO CABO NORTE

Como apontado no relatório anteriormente citado, inúmeras comunidades quilombolas se formaram ao longo do vale dos rios Pedreira e Matapi. Este fenômeno está ligado ao processo de colonização do território amazônico de forma mais específica, na região do Cabo Norte, com a inserção de negros e negras na condição de escravizados nesta região.

A formação dos quilombos no Amapá teve como cenário as disputas territoriais pela fronteira norte do território brasileiro, marcada por uma forma extremamente militarizada de ocupação. De acordo com Funes (1996, p.470):

A escravidão negra na Amazônia não foi tão expressiva em termos quantitativos [...], todavia, mesmo dividindo o mundo do trabalho com o indígena, o negro constituiu uma parcela significativa da mão de obra, em especial na agropecuária, serviços domésticos e atividades urbanas.

A inserção de mão de obra negra na Amazônia passou a se intensificar no período da administração pombalina (1750-1777), que teve grande impacto na organização da Colônia Portuguesa através de seus projetos de urbanização, que eram sinônimos de civilidade da perspectiva colonizadora para sociedade que se construía. De forma específica, as terras que hoje compõe o Estado do Amapá faziam parte dos domínios do Grão-Pará e Maranhão. Essas terras eram denominadas como Capitânicas do Cabo Norte⁴, onde os princípios civilizadores de Pombal foram pensados com base no potencial agrícola das mesmas e também na proteção das fronteiras do Cabo Norte. É importante ressaltar que a demarcação da presença lusitana neste território era necessária no período colonial, pois as terras do Cabo Norte foram palco de invasões de várias nações colonizadoras, tais como, Holanda, Inglaterra e França.

Ao longo do período pombalino houve um intensivo financiamento para a construção de inúmeras fortificações⁵ ao longo do Cabo Norte, sendo a principal delas a Fortaleza da Villa de São José de Macapá. A construção desta fortificação durou de 1764 a 1782 e para que ela fosse erguida a margem do Rio Amazonas utilizou-se da exploração da mão de obra indígena e negra, em condições insalubres de trabalho. Segundo Luna

⁴ Ver: MORETTI, Luiza. "Capitania do Cabo Norte". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_do_Cabo_Norte. > Data de acesso: 02 de maio de 2019.

⁵ Cf. CASTRO A. H. F. O fecho do Império: História das Fortificações do Cabo Norte ao Amapá de Hoje. In: Gomes F.S. (Org.). Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira Séculos XVIII/XIX. Belém, Editora Universitária/UFPA, 1999, p.129-193.

(2011, p.67), em sua obra “Escravos em Macapá: Africanos redesenhando a Vila de São José de Macapá 1840-1856”⁶, a intensificação da mão de obra negra no Cabo Norte aconteceu após 1765, como assinala a passagem abaixo:

Essa mão de obra africana como categoria comercial comprada só foi adquirida e enviada à vila de Macapá a partir de 1765, quando é possível perceber a entrada de 200 africanos, porém todos eram ‘escravos’ do Senado da Câmara de Belém, com atividade já determinada pelo governo do Grão-Pará, para o trabalho na edificação da Fortaleza.

O trabalho extremamente pesado e as condições desumanas as quais foram submetidos negros e negras ao longo da construção da Fortaleza de São José, fez com que esta população buscasse formas de resistência, uma delas, a fuga para as matas e vales que compunham o Cabo Norte. Ainda de acordo com Luna (2011, p. 116-117), as fugas foram empreendidas no seguinte período:

[...] registro das fugas ocorridas em 1765 logo após o início da construção da fortificação. É prudente a essa altura chamar a atenção para o que está sendo erguido, considerando-se que esse evento só vai ocorrer a partir da edificação de Fortaleza de São José, quando os cativos dos colonos passaram a ser convocados para as atividades vinculadas à construção civil, local de trabalho mais penoso e sob controle direto dos militares e administradores. [...]. O encontro entre grupos étnicos semelhantes instalou uma confiança que permitiu alguns africanos subverterem uma ordem que parecia controlada na vila São José de Macapá.

Foi a partir destas fugas que inúmeros mocambos/quilombos se formaram ao longo das matas e vales do hoje território do Estado Amapá. O quilombo de São Pedro dos Bois é uma das comunidades remanescentes deste processo e as informações sobre a origem desta comunidade são convergentes. Basicamente para este capítulo, utilizamos três fontes: a primeira, o relatório antropológico,⁷ a segunda, o Levantamento Fundiário do Território Quilombola da Comunidade de São Pedro dos Bois⁸ e terceira, as informações dispostas no texto base produzido pela comunidade escolar, no ano de 2018 do projeto escolar, intitulado como "Projeto Batuque".⁹

⁶ Cabe aqui fazer uma crítica a utilização do termo “Escravo”, que intitula o livro. Tal termo transmite a ideia de que ser *escravo* é uma condição natural dos corpos negros africanos, sendo que esta foi uma condição que nos foi imposta naquela conjuntura. Ao longo da obra a autora trata a população negra na Amazônia como *negros escravizados* e não como somente “escravos”, tornando o título contraditório em relação ao conteúdo da obra.

⁷ OLIVEIRA, M. S. S. Relatório Antropológico do Quilombo São Pedro dos Bois. 2011.

⁸ RIBEIRO, Sabino Ribeiro. SILVA, Elkilidiany Conceição da. Levantamento Fundiário do Território Quilombola de São Pedro dos Bois. Processo Público - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2018.

⁹ Este projeto de forma específica será abordado de maneira mais detalhada ao longo deste trabalho

1.2 UMA PRETA E UMA BRANCA: A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE SÃO PEDRO DOS BOIS.

A história deste quilombo começa com duas mulheres, suas religiosidades, a resistência de uma negra africana e a ocupação tardia de uma fazendeira branca. As terras que futuramente se denominariam de São Pedro dos Bois foram ocupadas inicialmente por Gregória Ramos¹⁰, uma mulher negra que na condição de escravizada foi trazida para esta região para trabalhar na construção da Fortaleza de São José da Vila de Macapá¹¹. Como forma de resistir ao sistema de exploração escravista, se refugiou juntamente com seus irmãos, no vale do Rio Pedreira, como apontam Ribeiro e Silva (2018, p.32), no “Levantamento Fundiário do Território Quilombola de São Pedro dos Bois”:

A ocupação da área reivindicada iniciou-se em 1790 por Gregória Ramos de Almeida e seus três irmãos, trazidos da África para trabalhar na construção da fortaleza de São José de Macapá, que chegaram ao território na condição de fugitivos. Gregória e seus irmãos escolherem essa localidade porque se apresentava propícia à criação de animais, apesar, da comunidade ter enveredado para agricultura como base de sua sobrevivência [...] A povoação do território da comunidade iniciou pela localidade denominada de Boi de Cima, e foi avançando por outros locais como Boi de Baixo, Limão, Ressaca do Inferno, entre outros.

Após o estabelecimento de Gregória e seus irmãos naqueles campos houve outro processo de ocupação do território. Em uma localidade próxima, conhecida como Mangaba, Ana Mininéia Barriga¹², a fazendeira branca, criava seu farto rebanho de gado bovino, e o espaço de seu terreno acabou ficando pequeno para o número de cabeças de bois. Com a mesma tinha “posse” de alguns negros escravizados, ordenou que os mesmos procurassem locais próximos para alocar os rebanhos. Prosseguindo com as informações levantadas por Ribeiro e Silva (2018, p. 32), também consta uma descrição desta ocupação:

¹⁰ A existência desta mulher negra e matriarca da comunidade aqui estudada é construída através da memória de seus familiares e demais membros da comunidade, de forma mais específica seu neto, Urgel de Melo Cyrilo, cujo o depoimento está descrito no Relatório Antropológico da comunidade de São Pedro dos Bois, relatando que sua avó e os irmãos foram os primeiros a habitar aquela região.

¹¹ Fortificação Militar construída entre 1764-1782 na Vila de São José de Macapá. Parte do projeto de colonização das terras do Cabo Norte, que visava “proteger” as fronteiras ao norte da colônia portuguesa na América.

¹² Fazendeira branca que ocupou os campos de São Pedro dos Bois para expandir suas propriedades e criações. O registro de sua passagem pela comunidade pode ser conferido nos arquivos encontrados nos processos públicos do INCRA-AP, onde certidões de posse de terra foram emitidas a terceiros datando entre outubro de 1896 e junho 1897 que citam o nome de Ana Mininéia Barriga da Costa como uma das moradoras do local. [Ver anexo 1]

A segunda ocupante com importância histórica desse território foi Ana Mininéa Barriga [...]. Essa se estabeleceu na área da comunidade com a permissão de Gregória, quando o espaço que dispunha ficou insuficiente para o tamanho de seu plantel. Assim, Anica Barriga dividiu seus animais em lotes instalando-os em diferentes áreas, conhecidas por retiros.

Desta forma Anica Barrica, como era conhecida, assentou-se nas terras já habitadas e a batizou de São Pedro dos Bois. O nome fazia referência à quantidade de bois que ela possuía e a data a qual a organização das terras em pequenos retiros para cuidados do gado terminou, próxima ao dia de São Pedro, 29 de junho. Essas duas mulheres tinham algo em comum, a religiosidade. Gregória Ramos, devota de São Raimundo e Ana Barriga, tinha devoção ao Santo que dá nome a comunidade, São Pedro. Esses dois santos católicos e suas respectivas festividades são comemoradas na comunidade, sendo suas celebrações as mais importantes.

A partir destas duas ocupações, as relações familiares do povo de São Pedro dos Bois começaram a se estabelecer, dando origem a um grupo remanescente de 106 famílias¹³ que hoje habitam o espaço da comunidade no vale do Rio Pedreira. É importante ressaltar o uso do termo *remanescente* para identificar São Pedro dos Bois, pois a utilização do termo evidencia a condição desta comunidade como herdeira dos quilombos históricos formados no período colonial. Essas comunidades remanescentes de quilombo sobreviveram ao sistema de escravidão no Brasil e preservaram sua identidade ligada a ancestralidade de negros e negras de África. Desta maneira, São Pedro dos Bois, assim como inúmeros outros quilombos espalhados pelo Brasil, não são somente um “território de negros fugidos”, mas sim, um espaço de resistência e existência de um povo, sua história e cultura.

1.3 DE QUILOMBO HISTÓRICO A QUILOMBO CONTEMPORÂNEO: SÃO PEDRO DOS BOIS E A BUSCA POR DIREITOS

É comum que ao nos remetermos a “Quilombo”, este termo seja associado à sua definição colonial, caracterizado por ser um local que abrigava negros foragidos dos engenhos e fazendas onde esta população fora obrigada a trabalhar em condições desumanas. Essa definição ainda resiste no imaginário da sociedade brasileira, mas vem sendo gradativamente desintegrada e ressignificada, como uma forma de resistência da população negra no Brasil. O termo *Kilombo*, segundo afirma Munanga (1995), é uma

¹³ Informação retirada do Levantamento Fundiário do Território Quilombola de São Pedro dos Bois.

palavra de origem dos povos *Bantu* e que no Brasil, foi introduzido como Quilombo para definir as comunidades negras que resistiam ao sistema escravista. Gennari (2008, p.12) ainda aponta que:

A palavra quilombo [...] é a incorporação à língua portuguesa de um termo africano que significa esconderijo. No Brasil, se torna sinônimo de núcleo de escravos fugidos que procuram abrigo em locais de difícil acesso para neles construírem padrões africanos de organização social.

No Brasil, o conceito de quilombo passou a ser expandido e ressignificado a partir da Constituição de 1988, quando os movimentos negros e quilombolas passaram a reivindicar inúmeros direitos, que pudessem garantir melhores condições de vida para essas comunidades. Diversos autores e autoras¹⁴ estudam os quilombos no Brasil, mas de forma específica, dentre estes, destaco as análises feitas por Laura Olivieri Carneiro de Souza, em seu livro *Quilombos: Identidade e História*, onde se define quilombo como um local e população de reminiscência histórica, que partilham um território e uma identidade. Souza (2012, p.87), refere-se ainda a este processo de ampliação de conceitos como algo recente, assinalando que:

O reconhecimento da existência de quilombos contemporâneos é relativamente recente, datando da última Constituição (1988) a formalização dos direitos quilombolas. Desde então, se iniciou um processo de legitimação e titulação dessas comunidades.

Esse processo além de legitimar os quilombos como detentores de direitos igualmente compartilhados neste país, fomentou também a visibilidade de um grupo e de uma parte da história do Brasil, que passou a ser escrita e divulgada de maneira mais justa e coerente com as realidades afro-brasileiras, por tempos invisibilizadas em todos os âmbitos sociais. Partindo disso, os grupos quilombolas passaram a se organizar para reivindicar a aplicação e efetividade do arcabouço de ferramentas jurídicas que lhes garantiam direitos, dentro das quais podemos destacar as Leis:

- **Nº 7.668, que autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares.** Sendo está uma importante instituição no processo de identificação das comunidades quilombolas pelo país;
- **Nº 9.459, ou lei Caó, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor;**

¹⁴ Ver: Clóvis Moura (1987), Eliane Catarino O'Dwyer (2007), Alessandra Schimdt (2002).

- **Nº 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da temática sobre História e cultura Africana e Afro-Brasileira.** O estabelecimento desta lei abriu caminhos essenciais à construção de uma nova visão sobre a história Afro-brasileira, além de fomentar o ensino de uma história mais justa e plural;

Além das Leis acima descritas, Decretos importantes também foram instituídos tais como:

- **Nº 4.886, que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR.**
- **Nº 4.887, que regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos.** De todas as políticas implementadas neste processo de luta do movimento negro e quilombola, este decreto é um dos mais importantes e necessários, pois promove a obrigatoriedade na regulamentação das terras pertencentes ao povo quilombola, garantindo-lhes um espaço de luta mais politizado e organizado na busca por direitos.

Doravante a este cenário, as comunidades quilombolas passam a ser um espaço não somente de preservação da ancestralidade negra africana, mas também de busca por efetivação de direitos e de luta política, principalmente no que se refere às dinâmicas de territorialização e a inserção de políticas públicas voltadas a este grupo étnico. Surgem então os *Quilombos Contemporâneos*, conceito o qual podemos caracterizar as comunidades quilombolas que atuam politicamente por melhorias nas questões sociais que lhes dizem respeito. Para Almeida (1996), “O termo Quilombo, na atualidade, expressa certa dignidade a seus descendentes porque não está relacionado ao que esses grupos étnicos foram no passado, mas a sua capacidade de mobilização para negar um estigma e reivindicar cidadania”, pois essas comunidades e suas representações passam a nutrir um novo significado para as ações como forma de resistência.

O conceito de Quilombos contemporâneos será utilizado a partir daqui para caracterizar a comunidade de São Pedro dos Bois, pois entendemos que a mesma na condição de remanescente de quilombo é um grupo que atua politicamente, e socialmente por políticas públicas que possam melhorar as condições de vida de sua população tradicional. Essa articulação política em São Pedro dois Bois foi encabeçada pela Associação dos Moradores Produtores e Folclórica da Comunidade Quilombola de São

Pedro dos Bois – ASPEB, que mobilizou a comunidade para que inúmeros projetos pudessem ser efetivados, inclusive para o processo de auto declaração quilombola relacionado ao reconhecimento do território. Através de depoimento por escrito e voluntário, uma das lideranças da comunidade, Maria Raimunda, ou Maroca, como é popularmente conhecida, relatou a mobilização da comunidade no processo de auto definição enquanto quilombolas para início do processo de regularização e posterior titulação:

O processo aconteceu através de reunião com a comunidade em geral. Foi feita uma votação com 50 dos proprietários e posseiros presentes, na reunião 49 disseram sim e uma abstenção por ser empregado, em seguida veio à certificação. [...]. Com a presença do Incra e outros para esclarecer o que é uma terra quilombola e seus limites naturais: Igarapé do Inferno a leste confrontante ao Ambé, ao sul Igarapé do Lago do Rio Pedreira confrontante com a Mangaba, do Mel da Pedreira passagem do Lopes e Murarema de Fora.

Segundo consta nos autos do processo público Nº 54350.000174/2006-25¹⁵ do INCRA-AP, o requerimento datado de 2005 que a comunidade de São Pedro dos Bois enviou para a Superintendência do INCRA-AP, solicitava o reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação da referida comunidade. Ainda no mesmo ano, a comunidade se autodeclarou como “remanescente de quilombo” através de requerimento assinado pela ASPEB e com ata de reunião anexada que comprovavam a anuência da comunidade para tal pedido. Para que o INCRA pudesse iniciar os procedimentos que levarão à titulação da comunidade, algumas etapas ainda precisam ser cumpridas, como especifica o quadro abaixo:

¹⁵ INCRA, pesquisa pública de processo. Disponível em: <https://sei.incra.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?Acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo.> Acesso em: 10.12.2018.

QUADRO I – ETAPAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO PEDRO DOS BOIS

ETAPA DO PROCESSO	DEFINIÇÃO DA ETAPA PELO INCRA	SITUAÇÃO ATUAL DE SÃO PEDRO DOS BOIS
Autodefinição Quilombola	A comunidade quilombola assim como qualquer outro grupo social, tem direito a autodefinição. Para regularizar seu território o grupo deve apresentar ao Incra uma certidão de Autorreconhecimento, emitida pela Fundação Cultural Palmares.	São Pedro dos Bois fez o requerimento a Fundação Palmares em 12 de dezembro de 2005 e a sua certidão de autorreconhecimento foi emitida no dia 20 de março de 2006.
Elaboração do RTID	Primeira etapa da regularização fundiária do território quilombola consiste no relatório técnico de identificação e delimitação (RTID), visando o levantamento de informações fundiárias, agrônomicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo junto a instituições públicas ou privadas. O RTID tem objetivo de identificar os limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos.	Foi realizado um Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural da Comunidade São Pedro dos Bois, por meio do Projeto Com unidades Duráveis - Agência de Desenvolvimento do Amapá-ADAP e Fundação Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, com o objetivo de contribuir para a regularização de comunidades quilombolas no Amapá, é importante ressaltar que tal estudo foi feito de acordo com a Instrução Normativa Nº 57/2009 ¹⁶ . E também o Estudo Fundiário da Comunidade de São Pedro dos Bois, realizado pela Agrônoma/Perita Federal Elkilidiany Silva e o agente Jaciguara Reis sob a coordenação de Margarida Ribeiro. Este que evidenciou as informações históricas e territoriais da referida comunidade. Considerando esses documentos, ou seja, os dois estudos citados e Certidão de

¹⁶ Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

		Auto reconhecimento emitida pela fundação Palmares, a procuradoria do INCRA-AP julgou no dia 20 de fevereiro de 2019 através do parecer 0013/19 como “cumprida e apta todas as etapas do RTID da comunidade de São Pedro dos Bois, encaminhando o mesmo para o Comitê de Decisão Regional para que as providencias para posterior publicação do mesmo sejam tomadas.
Portaria de Reconhecimento	A fase de identificação do território encerra-se com a publicação de portaria do presidente do INCRA que reconhece os limites do território Quilombola no Diário Oficial da União e dos Estados.	Ainda não realizado
Decreto de Desapropriação	Nos casos em que há imóveis privados (títulos ou posses) incidentes no território, é necessária a publicação de Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social (Presidência da República). Os imóveis desapropriados serão vistoriados e avaliados conforme os preços de mercado, pagando-se sempre previamente e em dinheiro a terra nua, no caso dos títulos válidos e as benfeitorias.	Ainda não realizado
Titulação	O presidente do INCRA realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo, imprescritível e pró-indiviso a comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro. É proibida a venda e penhora do território.	Ainda não realizado

Como descrito na tabela ainda faltam muitas etapas para que São Pedro dos Bois seja titulado, de acordo com Diniz (2016, p.21), “São Pedro dos Bois, [...] representa mais um processo de territorialização entre as quase duzentas comunidades quilombolas do Amapá, marcadas por situações de domínios e enfrentamentos para garantirem a continuidade em seus territórios.”. Este longo processo de regularização fundiária não é o único projeto vinculado à articulação da comunidade autodeclarada quilombola, após

sua certificação pela Fundação Cultural Palmares houve a efetivação de outras políticas públicas, dentre elas podemos citar o “Programa Minha Casa Minha Vida Quilombola”, implementado no ano de 2013 pelo Governo Federal e executado pela Caixa Econômica Federal. A referida comunidade foi à primeira do norte do Brasil a ser contemplada pelo projeto, contando com 52 casas finalizadas e entregues ao grupo, assim descrito no Levantamento Fundiário deste território quilombola. Em seu depoimento voluntário, a líder Maria Raimunda descreveu os programas sociais que começaram a ser efetivado na comunidade após a certificação:

Bolsa Família auxílio maternidade, centro comunitário, PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural, minha casa minha vida quilombola, Prédio escolar por excelência, transporte escolar, Patrulha Mecanizada, iluminação e telefonia pública, Bloquetamento em ação e o índice de melhoramento da família quilombola.

Para além das questões de terra, estrutura e regularizações, São Pedro dos Bois também passou a organizar, em suas pautas, a melhoria da educação dentro de seu território através de políticas públicas específicas para esse grupo étnico, sendo o objeto deste trabalho, a Educação Escolar Quilombola um efeito desta luta política e social do movimento negro e quilombola articulado nacionalmente.

1.4 A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE RESITÊNCIA: CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO DE UM DIREITO ESSENCIAL.

O Movimento negro¹⁷ tem levantado inúmeras bandeiras de luta em um cenário de proposições e conquistas de direitos voltados ao bem-estar da população negra. Dentre as diversas pautas, a educação tem sido “carro chefe” dessas reivindicações, pois existe uma necessidade de se abordar a história do povo negro no Brasil de uma forma justa e crítica, para que o cultivo das tradições, memória e história dessa população passem a ser retratados dignamente.

Ao longo de muitos anos, o mito da democracia racial, aos moldes de Gilberto Freyre¹⁸, foi reafirmado por diversas áreas da ciência e da sociedade em geral, colocando em negros e negras um estigma de estarem do lado subalterno e passivo da história.

¹⁷ Nesta pesquisa utilizamos a concepção de movimento negro defendida por Santos (1994) que define movimento negro como: “um conjunto de ações de mobilização política, de protesto antirracista, de movimentos artísticos, literários e religiosos, de qualquer tempo, fundadas e promovidas pelos negros no Brasil como forma de libertação e de enfrentamento do racismo.”

¹⁸ FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 50ª edição. Global Editora. 2005

Portanto, havia (e ainda há) a necessidade de se descolonizar os conhecimentos construídos sobre a história afro-brasileira e africana.

A conjuntura das décadas 1970 e 1980 no Brasil foram propícias a mobilizações e organizações de movimentos sociais, em virtude da constituinte que se configurava e todos os grupos visavam garantir que pautas importantes para seus coletivos fossem incluídas. Com a redemocratização do país, o cenário político e social esteve mais aberto ao surgimento e as discussões de novos sujeitos sociais, que anteriormente a Constituição de 1988 beiravam a invisibilidade. De acordo com Souza (2008. p.03):

A Constituição de 1988 representa, portanto, um divisor de águas ao incorporar em seu conteúdo o reconhecimento de que o Brasil é um Estado pluriétnico, ao reconhecer que há outras percepções e usos da terra para além da lógica privada e ao reconhecer o direito à manutenção da cultura e dos costumes às comunidades e povos aqui viventes.

Dentro desta rede de propostas enviadas e incluídas na Constituição Federal de 1988 por esses movimentos sociais destaca-se o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que reconhece as terras e populações quilombolas, prevendo a emissão de seus respectivos títulos de posse. A partir deste reconhecimento na constituição, revela-se um grupo da população que necessitava de políticas públicas específicas, porém, que ainda não tinham proposições concretas no âmbito jurídico, essas vieram apenas com a Constituição de 88, como assevera Silva (2012a. p.45):

Os quilombolas enfrentavam problemas que iam desde a ausência de conhecimento prático de seus direitos, “direitos novos” originados formalmente na CF/1988, às formas acessá-los [...]. Não pertenciam ao mundo letrado e o que se sabia sobre elas era fruto da luta e busca das próprias comunidades quilombolas e das organizações negras brasileiras, muitas delas pautando suas ações pelo reconhecimento de fato e de direito, até então, apenas nos planos da cosmovisão ancestral africana.

A partir dos anos 1990 essa lógica passou a se inverter e a organização do movimento quilombola passou a ser mais efetiva. No ano de 1995 aconteceu a Marcha 300 anos imortalidade de Zumbi¹⁹ e, durante este evento, realizou-se o I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, que pretendia discutir as

¹⁹ Segundo consta no site Memorial da Democracia a Marcha 300 anos de imortalidade Zumbi dos Palmares foi uma manifestação ocorrida no dia 20 de novembro de 1995 em Brasília. Este evento reuniu cerca de 30 mil pessoas, com intuito de reivindicar direitos e denunciar o preconceito, o racismo e a ausência de políticas públicas para a população negra no Brasil. Disponível em: < <http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia> > Acesso em: 17.01.19.

principais reivindicações das comunidades, encaminhando assim uma estrutura para uma Comissão Nacional, objetivando mobilizar as comunidades quilombolas em todo o país. Com isso surge a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ²⁰, e é neste cenário que a questão quilombola passa a ter destaque nacionalmente.

1.5 REIVINDICAÇÕES E DELIBERAÇÕES: O CRESCIMENTO DO DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.

Como fruto do I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, temos a redação de uma carta que elencava as pautas mais urgentes das comunidades negras tradicionais, entre outras necessidades²¹ a educação foi elemento prioritário e foi descrita na carta da seguinte maneira:

1. Reivindicamos que o governo federal implemente um programa de educação 1º e 2º graus especialmente adaptado à realidade das comunidades negras rurais quilombolas, com elaboração de material didático específico e a formação e aperfeiçoamento de professores;
2. Extensão do programa que garanta o salário base nacional de educação para os professores leigos das comunidades negras;
3. Implementação de cursos de alfabetização para adultos nas comunidades negras quilombolas.²²

A partir destas reivindicações, o movimento negro questiona as estruturas da educação e solicita a inclusão dos povos quilombolas nas bases educacionais brasileiras e lentamente, políticas de inclusão destes sujeitos passaram a ser discutidas. O grande “boom” de inserção de políticas públicas voltadas à população negra quilombola no Brasil acontece em um contexto pós-Durban²³, onde o governo do recém-empossado

²⁰ Seguindo a descrição do site da CONAQ, esta comissão é: uma organização de âmbito nacional, sem fins lucrativos que representa a grande maioria dos (as) quilombolas do Brasil. Da CONAQ participam representantes das comunidades quilombolas de 23 estados da federação: Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins. Os objetivos da CONAQ são: lutar pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; o protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas; pela permanência do (a) jovem no quilombo e acima de tudo pelo uso comum do Território, dos recursos naturais e pela em harmonia com o meio ambiente. Disponível em: < <http://conaq.org.br/nossa-historia/> > Acesso em: 17.01.19.

²¹ Titulação das terras, acesso a políticas de saneamento básico e área da saúde.

²² Carta do I Encontro Nacional de Quilombos, Brasília, 1995.

²³ Cidade onde aconteceu a I Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, ocorrida em 2001. Resultou na Declaração de Durban e ações que

presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabelecia diálogos mais abertos com as comunidades negras brasileiras. Nesta conjuntura, destacam-se duas ações importantes na luta pela antirracista no Brasil, a fundação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e a implementação do Programa Brasil Quilombola.

Criada em 21 de março de 2003 através da Medida Provisória Nº 111, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR tem a finalidade de formular, coordenar e articular as políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial, além de fomentar Políticas Públicas afirmativas voltadas para a população negra. Todas essas ações se baseiam no Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010)²⁴. Esta secretaria surgiu como um mecanismo para atender de uma forma mais concreta às demandas de anos de luta do Movimento Negro.

A SEPPIR é estruturada da seguinte maneira: Gabinete da SEPPIR e suas respectivas assessorias, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), Secretaria de Planejamento e Formulação de Políticas, Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas e a Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. Esta última responsável por formular, coordenar e monitorar planos, programas e projetos que assegurem o acesso de comunidades tradicionais, tais como quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana e povos de cultura cigana, direitos essenciais e à cidadania.

Já o Programa Brasil Quilombola é um conjunto de medidas organizado pela SEPPIR através da secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. Por meio de ações descentralizadas abrangendo os âmbitos federal, estadual, municipal e organizações da sociedade civil, as medidas estão organizadas em quatro eixos, são eles:

1. **Acesso à terra:** certificação e regularização fundiária;
2. **Infraestrutura e Qualidade de Vida:** programa saneamento básico, habitação rural e programa luz para todos;
3. **Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva:** selo quilombos do Brasil, declaração de aptidão, programa de aquisição de alimentos;

direcionassem as intenções discutidas na conferência, se tornando um marco importante nas discussões sobre o racismo.

²⁴ Documento com a finalidade de garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

4. **Direitos e Cidadania:** ampliação e melhoria da rede física escolar, formação continuada de professores e implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para oferta de educação escolar quilombola, capacitação de gestores para área quilombola, programa nacional de alimentação escolar (PNAE), programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (Pronatec), programa bolsa família (PBF), programa saúde da família (PSF), documento básico e registro civil.

Essas duas ações implementadas (SEPPIR e Brasil Quilombola) são marcos importantes para a afirmação de políticas públicas voltadas a população negra no Brasil. Todas as políticas afirmativas citadas ao longo deste capítulo, são frutos das lutas do movimento negro e influenciaram diretamente para a afirmação de São Pedro dos Bois como um Quilombo Contemporâneo, carregando sua ancestralidade e história como base do processo de inserção dessas políticas públicas naquele território.

Após termos contextualizado esse processo histórico de lutas do movimento negro/quilombola e os caminhos que permitiram que ações afirmativas fossem criadas e executadas, em prol da população negra, falaremos no próximo capítulo, sobre uma Política Pública específica, e que está ligada diretamente as duas ações descritas anteriormente, o objeto deste trabalho, a Educação Escolar Quilombola.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS COMO VIA DE EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO FORMAL DENTRO DAS REALIDADES QUILOMBOLAS.

Assim como dito no capítulo anterior, a educação é entendida como uma área estratégica de articulação das populações que são invisibilizadas pela sociedade, pois dentro desta, pode-se fortalecer a luta por direitos e a formação de agentes mais críticos em relação às deturpações históricas promovidas pelo chamado racismo estrutural²⁵. Estes grupos em geral, acessam a reconhecimento como cidadãos e a direitos básicos, tais como a educação, através das políticas públicas formuladas a partir de suas reivindicações dos movimentos sociais representativos.

Por este motivo, antes de conceituar a Educação Escolar Quilombola se faz necessária uma discussão sobre a concepção de Política Pública adotada nesta pesquisa. Utilizamos o seguinte conceito de Theodoro (2008. p.167): “As chamadas políticas públicas, mediante as quais o Estado se faz presente, consolidando direitos, desfazendo iniquidades, fortalecendo a coesão social e mesmo obstruindo ciclos viciosos de reprodução de desigualdades”. Portanto, entendemos Política Pública como um conjunto de medidas executadas pelo Estado para concretizar direitos reivindicados pela população, visando o melhoramento da qualidade de vida desses grupos. Dentro desta ancoragem de políticas afirmativas de promoção da igualdade racial podemos citar a Lei 12.711 ou Lei de Cotas, que define que as Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação e as instituições federais de ensino técnico de nível médio devam reservar 50% de suas vagas para as cotas com proporcionalidade dividida entre pretos, pardos e indígenas. Além da Lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino públicas e privadas.

As Políticas Públicas são desenvolvidas para aperfeiçoamento e afirmação de direitos em todos os âmbitos sociais, neste caso, estamos tratando de Políticas Públicas Educacionais/ Curriculares. Segundo Petronilha Silva (2010. p.39):

Políticas Públicas são formuladas e implementadas com intuito de promover aperfeiçoamentos na sociedade, garantir e proteger direitos, corrigir distorções, incentivar avanços. Em se tratando de políticas curriculares, explicitam projeto de educação que busca dar acesso a conhecimentos, incentivar, fortalecer valores, posturas e atitudes que formem cidadãos e garantam a coesão nacional [...]. Finalmente, exigem redimensionamento de critérios para avaliar a qualidade da

²⁵ Manifestação do Racismo nas estruturas da sociedade e em suas instituições. Ver: Carmichael, S. e Hamilton, C. Black power: the politics of liberation in America. New York, Vintage, 1967, p. 4.

educação oferecida, da excelência acadêmica produzida, assim como as condições materiais, financeiras, técnicas, humanas para atingi-las.

A Educação Escolar Quilombola é uma dessas políticas públicas, que através de um longo processo histórico de lutas de atores coletivos engajados na luta antirracista, como o movimento negro e quilombola, reivindicaram o estabelecimento desta modalidade de ensino e que através de deliberações dos órgãos competentes, pôde ser implementada no Brasil.

A Educação Escolar Quilombola foi regulamentada através do parecer N°08 do Conselho Nacional de Educação (CNE), no dia 20 de novembro de 2012. As Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, em seu texto normativo definem que esta modalidade educacional deve ser implantada em estabelecimentos de ensino localizados em comunidades tradicionais reconhecidas e auto afirmadas enquanto quilombolas e em escolas que atendam uma grande demanda de estudantes remanescentes de quilombo. Esta modalidade faz parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), portanto, assegurada pela mesma, que institui a sua obrigatoriedade dando suporte a sua efetivação.

A trajetória da Educação Escolar Quilombola começa com a carta de reivindicações do I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas em 1995, já descrito no capítulo anterior. Mas, somente em 2010 tivemos discussões mais concretas sobre a temática, na Conferência Nacional de Educação (CONAE), um fórum que discutiu a amplitude e a diversidade no campo da política educacional. Esse debate culminou na inclusão da Educação Escolar Quilombola como modalidade da educação básica no Brasil, através do Parecer CNE/CEB 07/2010, e da Resolução CNE/CEB 04/2010 que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica. Diante disso as Diretrizes da Educação Escolar Quilombola foram consolidadas a nível nacional no ano de 2012, orientadas pelo parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004, que instituem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos das escolas públicas e privadas da Educação Básica, garantindo desta maneira o atendimento às especificidades das vivências, realidades e histórias das comunidades quilombolas do país.

A Educação Escolar Quilombola, portanto, é uma modalidade de ensino que promove a inclusão dos assuntos relacionados aos valores e saberes tradicionais afro-brasileiros na construção do currículo das escolas quilombolas. É importante frisar que a

Educação Escolar Quilombola não é uma modalidade de ensino *a parte* do sistema educacional nacional, e que integrada a ela estão apensadas todas as outras modalidades já correntes na educação brasileira, como a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Especial, porém, sua construção traz outra leitura de componentes curriculares, focados nas especificidades do povo quilombola.

Segundo consta na Cartilha das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, elaboradas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (2011. p.13) a Educação Escolar Quilombola deve:

[...] ter como referência valores sociais, culturais, históricos e econômicos dessas comunidades. Para tal, a escola deverá se tornar um espaço educativo que efetive o diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local, valorize o desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito a terra e ao território. Portanto, a escola precisa de currículo, projeto político-pedagógico, espaços, tempos, calendários e temas adequados às características de cada comunidade quilombola para que o direito à diversidade se concretize. Essa discussão precisa fazer parte da formação inicial e continuada dos professores.

As escolas que adotam a Educação Escolar Quilombola como uma modalidade de ensino se propõem a aglutinar de forma democrática os estudantes remanescentes de quilombo, tal como a própria comunidade onde a instituição de ensino está inserida. As diretrizes propõem assim, a criação de um espaço entre a educação formal e as vivências dos alunos, através de um sistema que não produza estereótipos e segregações, com currículos que discutam a História Local, reafirmando as identidades e tradições da comunidade quilombola. As diretrizes dessa modalidade de ensino definem os objetivos da Educação Escolar Quilombola em seu Art.6º, são eles:

I - Orientar os sistemas de ensino e as escolas de Educação Básica da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos;

II - Orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando garantir a Educação Escolar Quilombola nas diferentes etapas e modalidades, da Educação Básica, sendo respeitadas as suas especificidades;

III – Assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico;

IV - Assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos desses

territórios considerem o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças, conforme o disposto na Convenção 169 da OIT;

V - Fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na oferta da Educação Escolar Quilombola;

VI - Zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais;

VII - Subsidiar a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da Educação Básica, pública e privada, compreendida como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-brasileiro, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade brasileira.

Esses objetivos demonstram o engajamento desta modalidade de ensino em preservar as identidades e o pertencimento quilombola no âmbito escolar. Para Tosta e Costa (2013), as construções identitárias e as práticas pedagógicas da Educação Escolar Quilombola se baseiam em valores tradicionais do quilombo, como a coletividade, o uso comum de espaços e o calendário cultural específico, construindo uma interação entre educação escolar e a comunidade, para que possa emancipar os estudantes quilombolas.

Acreditamos que o caráter emancipatório da Educação Escolar Quilombola é um dos pontos principais deste sistema de ensino, pois como nos lembra Gomes (2011. p.49) “A emancipação, entendida como transformação social e cultural, como libertação do ser humano, sempre esteve presente nas ações da comunidade negra organizada, tanto no período da escravidão, quanto no pós-abolição e a partir do advento da República.”. Essas transformações estão presentes hoje nos quilombos contemporâneos, tendo a educação como elemento emancipador, que embasa a luta por direitos essenciais.

2.1 A ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Dentro desta modalidade de ensino há interfaces com outras duas modalidades já instituídas na educação brasileira, tais como a Educação Escolar Indígena²⁶ e a Educação Escolar do Campo²⁷, porém, mesmo que esta última inclua os quilombolas em suas

²⁶ Regida pela resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 a Educação Escolar Indígena define uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, para as comunidades indígenas do Brasil.

²⁷ Com texto normativo assentado na resolução CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e se vincula a necessidade de adequar a o ensino as realidades dos povos do campo no Brasil.

diretrizes, ainda não atendia as especificidades do mesmo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola se instituem para sanar essas lacunas. No artigo 1º os incisos V e VI da Resolução Nº08 de 2012 que institui a referida diretriz, consideram que a Educação Escolar Quilombola:

V - Deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;

VI - Deve ser implementada como política pública educacional e estabelecer interface com a política já existente para os povos do campo e indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder a especificidade.

Todas as escolas inseridas em território quilombolas são consideradas como Escolas Quilombolas. De acordo com as pesquisas elaboradas por Campos e Galinnari (2017. p. 213) embasadas no o censo escolar 2014 e da Fundação Cultural Palmares de 2016, existem no Brasil cerca de 2.248 instituições de ensino em territórios remanescentes de quilombo, como afirmam na seguinte passagem:

No Brasil, em números gerais e de acordo com os dados – 2016 - da Fundação Cultural Palmares, existem 2.847 CRQs (Comunidades Remanescentes de Quilombos) e 2.248 instituições de ensino localizadas em comunidades quilombolas. Tomando tais dados como base, totaliza-se que as escolas estão presentes 79% dos territórios quilombolas brasileiros, entretanto a sua presença não assegura que a Educação Escolar Quilombola seja embasada nas diretrizes curriculares e que a escola tenha um espaço físico satisfatório.

Esses dados são extremamente importantes no sentido de que mapear e conhecer o alcance da educação formal dentro dos quilombos ajuda na implementação das escolas quilombolas progressivamente. A resolução Nº08 prevê que as escolas localizadas dentro de quilombos devem se adequar às diretrizes da Educação Escolar Quilombola. Desta maneira, baseada nas diretrizes específicas desta modalidade de ensino, a escola quilombola deve levar em conta no seu funcionamento:

- **Arquitetura escolar:** que favoreça espaços culturais e pedagógicos;
- **Transporte escolar:** de forma que possibilite o acesso à educação escolar aos estudantes que vivem nos pontos mais longínquos da comunidade e de comunidades próximas que não possuem escolas;
- **Alimentação escolar:** que se adeque a cultura alimentar das comunidades;
- **Materiais didáticos de apoio:** que possa auxiliar na construção de uma consciência emancipatória dos estudantes quilombolas;

- **Gestão e organização da escola:** esta deve considerar a participação das comunidades quilombolas na definição do projeto político-pedagógico e em outras decisões pertinentes a comunidade e estudantes, priorizando uma gestão horizontal e democrática que respeite as decisões e limites da comunidade, favorecendo uma colaboração mútua entre escola e os quilombolas;
- **Calendário escolar:** que se adeque ao calendário local, e que não restrinja determinadas comemorações/festividades somente a “datas comemorativas”, especificando-as como elementos fundantes e essenciais da cultura quilombola local;
- **Currículo:** Deve atender aos elementos das Diretrizes Educacionais brasileiras, porém, introduzindo as especificidades da Educação Escolar Quilombola, contextualizando com as vivências dos estudantes, tendo como pilar a história e cultura local, atendendo as necessidades e características dos estudantes quilombolas;
- **Formação inicial e continuada de professores e gestores:** garante a aos/às profissionais sejam eles/elas remanescentes quilombolas ou não e que atuem nas escolas quilombolas com acesso a informação e preparação sobre essa diretriz que auxilie na prática em sala de aula e a construção/elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial da comunidade a qual estão inseridas;
- **Regime de colaboração entre Estado, Município e Governo Federal:** cooperação entre as esferas governamentais que possam auxiliar na efetivação com qualidade da educação escolar quilombola.

Essa estrutura foi elaborada com o intuito de fomentar que estes elementos sejam capazes de reduzir as desigualdades e possibilitar um acesso a uma educação de qualidade e contextualizada, por isso o parecer Nº 08 define ainda que a educação escolar quilombola em sua organização de ensino:

I - Organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: **a)** da memória coletiva; **b)** das línguas remanescentes; **c)** dos marcos civilizatórios; **d)** das práticas culturais; **e)** das tecnologias e formas de produção do trabalho; **f)** dos acervos e repertórios orais; **g)** dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; **h)** da territorialidade.

Construir um currículo baseado nessas especificidades não tem sido tarefa fácil para a maioria das escolas inseridas em territórios quilombolas, pois existe um abismo entre a legislação e a sua efetividade. Boa parte das comunidades quilombolas nem sequer tem como acessar informações sobre essas diretrizes e em sua maioria tem condições precárias de educação e quando isto não é um empecilho, a falta de educação continuada e a preparação de professores e professoras para atender a tais especificidades se apresenta como mais uma lacuna no sistema educacional brasileiro. De acordo com Silva (2012B, p. 06 - 07)

Não basta uma tentativa de transmissão caricaturada e nem uma interpretação desconectada da realidade. É preciso perceber como essas comunidades se entendem se afirmam, se reconhecem e querem ser vistas. É preciso o envolvimento das mesmas como agentes de suas histórias, buscando fazer desse processo um momento de aprendizagem coletiva. [...]. Percebe-se com isso que as mudanças não devem ser apenas nos marcos legais, mais no enfrentamento do fenômeno do silêncio sobre essas populações e da ausência de dados desses povos, caracterizando assim um distanciamento do estado. Construir uma estratégia que consiga envolvê-los de forma mais efetiva, é algo indispensável se quisermos levar a sério a educação quilombola. Certamente os reflexos desse processo serão profundos, principalmente por ele exigir uma reorganização da educação que vai das fases iniciais até a formação de professores.

Concordamos com a afirmação da autora sobre o distanciamento do Estado com relação à efetividade da implementação dessas políticas públicas educacionais voltadas ao povo quilombola e essa situação se agrava mais ainda nos quilombos dispostos na Amazônia brasileira. São Pedro dos Bois e a Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas, por exemplo, são um dos poucos casos onde essa política pública está sendo efetivada e ainda a passos lentos. Essa dificuldade pode ser melhor percebida ao levarmos em conta que na fronteira territorial de São Pedro dos Bois, existe a comunidade Quilombola de São Roque do Ambé²⁸, que dispõe de uma escola estadual, denominada Escola Estadual Joaquim Manoel Jesus Picanço, que atende tanto estudantes da comunidade quanto de localidades próximas, mas não tem currículo adequado às Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola. As informações sobre tais diretrizes e a necessidade de registra-la no censo escolar como Escola Quilombola não foram disseminadas de forma que chegassem a essa comunidade, e os gestores da unidade de ensino não dispõe de formação para atender a tais especificidades. De acordo com

²⁸ Comunidade Quilombola localizada na área rural de Macapá, mais precisamente no ramal do KM 50 da BR 156. A comunidade é fronteira territorial com o Quilombo de São Pedro dos Bois o que permite interações e conflitos territoriais entre as duas populações.

informações da Associação de Moradores e Produtores remanescentes quilombolas do Ambé (AMPRECUA), que representa o referido quilombo, não se sabia da necessidade de se nomear/categorizar a escola nesta modalidade de ensino.

Apesar do enorme déficit nas informações sobre as escolas quilombolas e a lentidão no processo de implementação da modalidade de ensino adequada as suas realidades, o Estado do Amapá tem realizado algumas ações e palestras que agregam as escolas que estão em território quilombola e suas experiências, uma dessas ações é o Encontro Estadual de Educação Indígena e Quilombola, que acontece anualmente recolhendo as experiências didáticas e administrativas dessas instituições que se nomeiam escolas quilombolas e indígenas.

Um marco importante para essas discussões no Amapá foi à aprovação da ementa Nº 025/ 2016 relacionada à Educação Escolar Quilombola no estado, aprovada no dia 02 de novembro de 2015 pelo Conselho Estadual de Educação - CEE. Essa Ementa foi apresentada na capital Macapá no ano de 2016 durante o I Encontro Estadual de Gestores Quilombolas, com o tema “Fortalecendo a identidade quilombola das escolas”, onde discutiram-se inúmeras temáticas relacionadas à Educação Escolar Quilombola no Amapá, com o intuito de conhecer as experiências dos/as gestores/as e das escolas inseridas em terras remanescentes de quilombo, além de fomentar a regularização das mesmas enquanto escolas quilombolas, evidenciando o papel das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola nessas instituições de ensino.

Na imagem abaixo temos o banner do evento intitulado I Encontro Estadual de Gestores Quilombolas e nele uma das escolas em destaque é a Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas, instituição que estamos analisando neste trabalho.

Figura 2- Banner de divulgação do I Encontro Estadual de Gestores Quilombolas



Fonte: <https://credencial.imasters.com.br/i-encontro-estadual-de-gestores-quilombolasfortalecendo-a-identidade-quilombola-das-escolas/calendari=>

Neste encontro, o debate sobre a Resolução 025/16-CEE/AP, focou no texto normativo e sua funcionalidade. Este texto foi elaborado por 11 conselheiros/as membros/as do Conselho Estadual de Educação – CEE e na ementa consta a seguinte definição: “Estabelece normas para criação e funcionamento das instituições de Educação Escolar Quilombola, no âmbito da educação básica no estado do Amapá e dá outras providências”. A referida resolução reafirma obrigatoriedade do funcionamento da Educação Escolar Quilombola, tal como a especificação da nomenclatura como Escola Municipal/Estadual Quilombola, o nome a ela designado e a inserção de professores/professoras e funcionários/as gestores/as que sejam, preferencialmente, quilombolas.

Essa resolução foi um passo importante para a efetivação da Educação Escolar Quilombola no Amapá. Principalmente porque as experiências dessa modalidade de ensino no estado são pouco conhecidas e boa parte das comunidades não sabem sobre esse tipo de política pública que favorece a construção de uma educação que possa ajudar

a quebrar os estigmas da clausura da escravidão imputados a negros e negras quilombolas, formando uma identidade ligada à resistência e à busca pela equidade social.

Não existem muitos estudos sobre as experiências da Educação Escolar Quilombola ou de uma educação diferenciada dentro das comunidades quilombolas amapaenses. Boa parte das pesquisas sobre Educação Quilombola ou Educação Étnico-Racial é voltada para a comunidade Quilombola do Curiaú²⁹, que fica próxima a capital Macapá, não abrangendo assim a diversidade de experiências tão ricas quanto as existentes em outros quilombos, como é o caso de São Pedro dos Bois.

Por isso há a necessidade de se conhecer as experiências de outras escolas inseridas em territórios quilombolas que desenvolvem uma função essencial dentro de suas comunidades, enquanto formadoras de cidadãos capazes de assimilar, preservar e desconstruir o meio em que vivem, e as escolas são terrenos propícios a isso, como afirma Moura (2007. p.06), “A escola tem um papel fundamental para os moradores dos quilombos contemporâneos, mas eles desejam uma escola sua, da comunidade, onde suas diferenças sejam respeitadas”. Por isso as diretrizes curriculares da Educação Escolar Quilombola trazem em seu texto base 26 princípios que regem a construção desta educação diferenciada, listaremos abaixo os 10 primeiros que contribuem de forma enfática para a implementação e execução desta modalidade de ensino:

- I** - Direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade;
- II** - Direito à educação pública, gratuita e de qualidade;
- III** - Respeito e reconhecimento da história e da cultura afro brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;
- IV** - Proteção das manifestações da cultura afro-brasileira;
- V** - Valorização da diversidade étnico-racial;
- VI** - Promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- VII** - Garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social das comunidades quilombolas;
- VIII** - Reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais;
- XIX** - Conhecimento dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas;

²⁹ A maior referência no assunto é VIDEIRA, Piedade L. Batuques, Folias, Ladainhas: a Cultura do Quilombo do Cria-ú em Macapá e sua Educação. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2013. v. 1000. 399p.

X - Direito ao etnodesenvolvimento entendido como modelo de desenvolvimento alternativo que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida.

Diante deste longo caminho para a implementação/efetivação da Educação Escolar Quilombola, a Escola Estadual Quilombola Teixeira de Freitas da comunidade de São Pedro dos Bois vem inserindo em suas dinâmicas e metodologias, projetos e discussões que introduzam a história e cultura da comunidade no cotidiano escolar, desenvolvendo uma boa relação entre a escola e os quilombolas da região. Essas trocas proporcionam momentos interessantes para compreender como a Educação Escolar Quilombola tem funcionado na prática, evidenciando inclusive, os problemas para sua execução.

3. TRADIÇÃO COMO BASE, EDUCAÇÃO COMO CAMINHO: A ESCOLA QUILOMBOLA ESTADUAL TEIXEIRA DE FREITAS E SUA EDUCAÇÃO “DIFERENCIADA”.

A comunidade quilombola de São Pedro dos Bois tem desenvolvido uma relação muito peculiar com o que chamamos de “educação formal”, ou seja, com aquela que está dentro do sistema de ensino brasileiro. A Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas desenvolve suas atividades dentro do Quilombo de São Pedro dos Bois que está localizado a 70 km da capital Macapá, tendo como via de acesso à rodovia federal pavimentada BR 210 até a entrada do KM 50, neste ponto há um ramal não pavimentado que leva até o referido quilombo. A introdução da educação escolar formal na comunidade se deu a partir de 1944, conforme descrito no texto pedagógico base do Projeto Batuque 2018. De acordo com o mesmo texto, as primeiras aulas na década de 1940, aconteciam no pátio da casa de Gregória Ramos, matriarca da comunidade e eram ministradas pelo professor Teixeira de Freitas³⁰. Após longo período com esta estrutura escolar improvisada, o crescimento da população tornou necessária a construção de uma escola estruturada dentro da comunidade e, no ano de 1965, se iniciou a construção da Escola Estadual Teixeira de Freitas, que atendia alunos em nível de 1º grau. Ao ser inaugurada, recebeu o nome do primeiro professor da comunidade.

Estruturalmente, a escola utilizou as acomodações antigas (da década de 1960) até meados de 2018, quando foi inaugurada uma nova escola, na entrada da comunidade e com uma estrutura mais ampla e moderna, equipada para atender as necessidades do quilombo e de suas redondezas. A nova estrutura levou em média dois anos para ser construída e finalizada, passando por novos reparos antes de sua abertura por ter ficado tanto tempo fechada e inutilizada até a inauguração em junho de 2018³¹. Ao longo da pesquisa de campo realizada entre abril de 2017 a dezembro de 2018, percebemos as modificações estruturais na escola e como isso impactou no ensino. Abaixo, temos imagens da estrutura da escola e em seguida um quadro comparativo da estrutura da instituição e suas modificações dentro do período desta pesquisa.

³⁰ Sobre esse, não há muitas informações nos textos ou arquivos acessados na escola, até onde nos foi fornecido, a informação sobre ele contidas nestes documentos escolares, foram levantadas pela Escola Teixeira de Freitas, ao longo dos anos através de relatos da população.

³¹ Informação extraída do Relato Voluntario por escrito, feito pela atual secretária da escola, Anny Picanço Barbosa.

Figura 3 - Estrutura antiga da escola, 2017.



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 4 - Estrutura nova da escola, 2018.



Fonte: Acervo Pessoal

QUADRO II – ESTRUTURA DA ESCOLA TEIXEIRA DE FREITAS

Estrutura em 2017	Estrutura em 2018
Salas de Aula: no projeto original eram duas e foram divididas ao meio em virtude da demanda de alunos, criando de forma improvisada cinco espaços, utilizando inclusive, o antigo alojamento para professores como sala.	Sala de Aula: a nova escola possui cinco salas de aula amplas e arejadas, que comportam os estudantes, dentre essas também possui uma sala de Educação Especial.
Corredores: 02	Corredores: 05
Cozinha: 01	Cozinha: 01
Despensa: 01	Despensa: 01
Depósito: 02 um externo e outro interno.	Depósito: 03 dois externo e outro interno
Sala de leitura: 01 que tinha seu espaço compartilhado com a secretaria.	Sala de leitura: 01 com espaço amplo para estudos e organização de livros.
Secretaria: 01	Secretaria: 01
Laboratório de informática: 01 e o número de computadores não eram suficientes para a quantidade de alunos.	Laboratório de informática: 01 com computadores suficientes para o número de estudantes por turma.
Diretoria: 01	Diretoria: 01
Banheiros: 04 sendo destes um adaptado (para portadores necessidades especiais) e os outros regulares.	Banheiros: 08 sendo destes um adaptado (para portadores necessidades especiais) e os outros regulares.
Áreas de vivência: 00	Áreas de vivência: 04 dois pátios não cobertos, um parque não coberto e uma área verde não coberta.
Refeitório: 00	Refeitório: 01
Área de serviço: 00	Área de serviço: 01
Quadra de Esportes: 00	Quadra de Esportes: 01

O quadro demonstra que estruturalmente a escola cresceu e hoje atende, de acordo com as informações levantadas pela escola para o preenchimento do censo escolar de

2018, 63 alunos, sendo que destes, somente 40% é da comunidade; os outros 60% moram nas redondezas, inclusive em comunidades quilombolas vizinhas, como Mel da Pedreira e São Roque do Ambé. A escola atende as séries do ensino fundamental I e II nos turnos da manhã e tarde, e é a única escola das redondezas que atente as demandas do ensino fundamental II. Já o Ensino Médio ainda não é contemplado nesta instituição.

Estabelecer uma educação de qualidade dentro de São Pedro dos Bois tem sido uma das pautas constantes deste quilombo contemporâneo, visto que a comunidade percebe a necessidade de firmar a educação como um caminho para emancipação, e encara, neste sentido, a Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas como peça central. Este é o desafio em que seu corpo técnico têm se lançado ao longo dos últimos oito anos.

3.1 UMA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA: CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.

O ambiente escolar é uma rede interligada de sociabilidades heterogêneas que precisam ser levadas em conta na organização pedagógica das escolas, desde o calendário até os conteúdos ministrados, que devem ser pensados de acordo com as especificidades e condições cotidianas dos/as estudantes, professores/as e técnicos/as escolares. Como bem nos lembra, Bittencourt (2018, p.70)

As condições heterogêneas do sistema educacional caracterizam os espaços educacionais e tem proporcionado dificuldades para a criação de currículos uniformes, prevalecendo uma maior flexibilidade curricular para que possa adequar às circunstâncias e situações diversas.

A Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas dispõe do seu campo diverso de vivências e apresenta a peculiaridade de estar inserida em um território de quilombo contemporâneo e de em seu nome, identificar-se como uma escola quilombola³². Partindo desta característica, analisamos a organização pedagógica atrelada à implementação e efetividade da educação escolar quilombola, a partir dos relatos voluntários por escrito de professores/as e membros da coordenação pedagógica e de questionários aplicados para estudantes do ensino fundamental I e II.

³² No Estado do Amapá a exigência para as escolas se identificassem enquanto quilombolas em suas nomenclaturas e documentos oficiais, só começou a ser feita a partir de 2016 com a resolução Nº 025/16 do Conselho Estadual de Educação que em seu Art.3º que trata das unidades escolares localizadas em áreas de quilombo e no inciso 1º resolve que tais instituições devem ser designadas pela nomenclatura “Escola Quilombola Estadual”.

Para entender a organização pedagógica da escola é preciso que o ponto inicial seja o currículo produzido pela mesma junto a professores/as e a equipe pedagógica, percebendo como este currículo tem impactado no cotidiano dos/as estudantes.

De acordo com a atual secretária da escola, Anny Picanço Barbosa³³, essa instituição se organiza pedagogicamente através de planos de ação para o ano letivo. Esse plano de ação contém as metas e programações da escola, como por exemplo, os projetos escolares e o calendário escolar, sendo, porém, passível de mudança ao longo do ano, pois a escola depende muito de situações externas³⁴ para que possa executar suas tarefas. E é nessa linha, que Anny elenca as dificuldades desta escola quilombola situada na área rural, sendo transporte, financiamento e falta de apoio técnico pedagógico as principais. De forma específica, a falta de apoio técnico pedagógico sobrecarrega as funções burocráticas da escola, canalizando todas as responsabilidades para os/as poucos/as funcionários/as de gestão escolar:

Pelo tempo que eu trabalho e não é a primeira escola em zona rural que eu trabalho, posso dizer que é uma necessidade comum a todas é a falta de assistência técnica - pedagógica nessas escolas. Hoje algumas escolas dependendo da tipologia, ou seja, da quantidade de alunos. As escolas, chegam a receber pedagogos, mas eu sou muito sincera quando eu digo que infelizmente a maioria deles são mandados para as escolas da zona rural são aqueles que são recém-formados, que no máximo tem como experiência o estágio e que são quase que 100% de contrato temporário, ou seja, é quase impossível a pessoa ter um trabalho que vá realmente surtir um grande efeito porque é um espaço de tempo muito curto que eles ficam na escola e às vezes eles até vem com muita vontade, com muitas ideias, mas chegam lá sem nenhuma experiência, recém-saídos de faculdades e todo cheios de vontade, e infelizmente até eles acordarem pra realidade já acabou o tempo de contrato deles. Então, em geral, quando a gente recebe pedagogos na escola a situação é essa e ainda tem a questão da adaptação, pois quando é uma escola diferenciada, como as escolas quilombolas e escolas indígenas, ainda há mais essa situação que a pessoa precisa se adaptar, precisa conhecer, precisa se colocar a par de como se dá as atividades na escola. Ainda assim, com a presença de pedagogos, há uma deficiência muito grande no que diz respeito à questão de apoio técnico pedagógico [...] Estes que deveriam dar um apoio técnico pedagógico para os professores para que eles pudessem desenvolver os trabalhos com maior qualidade, com mais informação com mais apoio técnico realmente. Então isso falta muito nas escolas da zona rural³⁵

³³ Funcionária há dez anos da escola é remanescente quilombola da comunidade de São Roque do Ambé e tem laços familiares com São Pedro dos Bois, além disso, tem experiência com trabalho docente em comunidades rurais, ribeirinhas e quilombolas, além de ser especialista em gestão escolar.

³⁴ Situações essas que não foram descritas especificamente pela secretária da escola.

³⁵ Trecho retirado do relato voluntário por escrito fornecido por Anny Picanço, secretária da escola.

Tal comentário nos revela ainda algo que já vem sendo debatido academicamente há certo tempo: a existência de uma deficiência na formação acadêmica e continuada dos/as profissionais da área da educação, relacionada à gestão e ensino, atingindo principalmente aqueles que estão alocados em escolas inseridas nas comunidades quilombolas ou indígenas, interferindo diretamente na forma como é produzido e executado o currículo adequado à escola. De acordo com Coelho e Coelho (2014, p. 33).

As dificuldades que professores, especialmente, enfrentam para o trato com os conteúdos introduzidos pela legislação decorrem, em larga medida, do fato de que tais conteúdos estiveram ausentes de sua formação. Disciplinas como História da África e Literatura Africana só muito recentemente foram incorporadas ao currículo dos cursos de licenciatura.

Em virtude desta implementação tardia dos conteúdos relacionados à história da África, efetivar tais temáticas dentro das escolas tem sido um processo lento, sendo este um dos diversos fatores que influenciam na não efetivação das políticas públicas voltadas para educação étnico-racial/quilombola. A falta de interesse dos estados e municípios e o racismo estrutural também são pontos a serem observados, quando relacionados às questões negras na educação.

De forma específica a Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas não tem um Projeto Político Pedagógico (PPP) atualizado/construído principalmente em virtude da alta rotatividade de gestores/as³⁶ nos últimos anos ou do desinteresse por parte destes sobre a formulação de um PPP para a escola, no entanto, esta ausência não interferiu na implementação da Educação Escolar Quilombola na Teixeira de Freitas.

Acompanhando o processo de luta por reconhecimento do território quilombola de São Pedro dos Bois e as reverberações da reafirmação de pertencimento coletivo, a escola passou a sentir a necessidade de redimensionar seu currículo para incluir temáticas que pudessem contribuir para a formação de estudantes desta comunidade mais compromissados com a preservação da história e cultura local, além de fomentar a

³⁶ Sobre esta rotatividade de gestores, cabe ainda destacarmos que a atual diretora da Escola Teixeira de Freitas, não é remanescente quilombola e assumiu recentemente o cargo e ainda não está completamente inserida em todos os processos existentes na escola, principalmente os relacionados a Educação Escolar Quilombola, nosso contato com a diretora, foi limitado, e por tanto não obtivemos muitas informações sobre como a mesma está lidando com a sua ainda recente gestão. Porém, observamos que há um engajamento por parte da mesma em realizar e implementar os elementos voltados a esta modalidade de ensino em sua gestão, porém, a inexperiência com tal área faz com que as atividades se concentrem sob comando da Secretária Anny Picanço e a professora Maria Raimunda, as duas remanescentes quilombolas e funcionárias da escola.

consciência da importância de suas origens, para eles/as mesmos/as e para sociedade como um todo.

Como já indicado, a escola não atende somente estudantes que residem em São Pedro dos Bois, e por ser a única escola que disponibiliza as séries do Ensino Fundamental II na região, atende também crianças de toda a redondeza, quilombolas e não quilombolas. Por isso, incentivar o respeito à história e cultura local se tornou imprescindível e, desde 2011, a escola começou a se estruturar pedagogicamente para isso, dando ênfase a lei 10.639/03 e neste mesmo ano passou a desenvolver seu principal projeto escolar, o “Projeto Batuque”, que será esmiuçado ainda neste capítulo.

Mesmo sem as Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola que só foi publicada no ano de 2012 a escola já introduzia algumas características desta modalidade de ensino em seu plano de ação anual. Tal processo de adiantar-se às legislações e diretrizes são comuns no âmbito da educação étnico-racial, como apontam Coelho e Coelho (2014, p. 23) ao falar das escolas da região norte e sua relação com a implementação da lei 10.639/03:

Em metade das escolas, aliás, os professores se anteciparam à lei, e instituíram projetos educativos voltados a educação para as relações étnico-raciais antes de a lei ter sido formulada. [...] a noção de pertencimento *racial*, via de regra, determinou a participação dos envolvidos, em primeiro momento.

O caso descrito se assimila muito com o caso da Escola Teixeira de Freitas e sua dinâmica de implementação da Educação Escolar Quilombola, que teve suas primeiras ações e projetos neste segmento na gestão da diretora Maria Raimunda³⁷ ou Maroca, como é popularmente conhecida, juntamente com a secretária Anny Picanço Barbosa e os/as Professores/as Antônio Picanço Barbosa e Telma Picanço Barbosa, todos/as com pertencimento étnico nos quilombos de São Roque Ambé e São Pedro dos Bois. Claro que a construção de uma estrutura que trabalhasse a questão quilombola na escola se estendeu aos/as outros/as funcionários/as³⁸. Cabe destacar que 70% dos funcionários da escola, incluindo alguns dos professores/as do 1º ao 5º ano são membros da comunidade e, mesmo que não residam em São Pedro dos Bois, são remanescentes por parentesco.

³⁷ Foi diretora da escola por 23 anos e atualmente é professora na mesma escola. Esta mulher negra nascida e criada na comunidade de São Pedro dos Bois leciona na escola da comunidade de forma engajada no fomento do sentimento de pertencimento das crianças filhas daquela comunidade.

³⁸ A escola possui atualmente, 5 professores/as do 1º ao 5º ano, 5 professores/as do módulo (que não são quilombolas e não residem na comunidade), 6 transportadores, 3 serventes, 2 merendeiras, 1 auxiliar administrativo, 1 auxiliar pedagógico (não quilombola) a diretora (não quilombola) e a secretária.

Além dos/as funcionários/as, a escola também mantém uma boa relação com a comunidade geral, apesar de algumas atribuições, como relata Anny:

A relação da escola comunidade varia. Infelizmente a questão política é uma coisa muito forte dentro daquela comunidade e muitas das vezes ela se sobrepõe ao objetivo maior, que seria realmente a educação, o crescimento e o engrandecimento daquela comunidade [...] às vezes essa relação escola-comunidade fica estremecida. Então estou te relatando isso porque, se a gente tem uma diretoria dentro da associação da comunidade, que é uma diretoria responsável, uma diretoria interessada no crescimento da comunidade, e para isso não tem jeito, tem que ser através da educação, a gente vai ter uma boa relação e vai ter um bom trabalho como nós já tivemos. [...] porque, quer queira ou não, a diretoria da associação acaba influenciando diretamente na comunidade. Agora se a gente for falar de comunidade escolar e comunidade geral [...] podemos dizer que a relação é muito boa. A gente sempre tem o apoio desses pais, quer seja para desenvolver nossas atividades, seja para lutar por algum objetivo por alguma situação que envolva a escola. Sempre a maioria está do lado da escola e está disposta a contribuir. Só para ter uma ideia, o ano passado, quando a escola não tinha um centavo e estava dependendo de doação de rifa, brechó para funcionar, porque estava inadimplente, quem conseguiu manter a escola não foi o governo, por quase sete meses, quem manteve a escola foi à comunidade [...]. Então a gente tem sim um apoio muito forte, muito evidente dos pais.

A boa interação com a comunidade permite que a história local seja bem trabalhada na instituição. Com relação a currículo, hoje a escola se organiza por temáticas, que segundo a secretária Anny, estão sempre atreladas às datas comemorativas ou a um tema, cuja discussão seja eminente na escola (família, cultura, meio ambiente, etc.), todas atreladas às vivências quilombolas. Os/as professores e professoras trabalham as questões quilombolas ao longo do ano todo, e isso também serve como um embasamento para o Projeto Batuque, que acontece sempre no segundo semestre do ano letivo.

Utilizamos nesta pesquisa um questionário com as seguintes pergunta aos professores/as:

1. Em sua opinião, uma educação diferenciada, pautada nas diretrizes curriculares da Educação Escolar Quilombola, afetaria positivamente a vida da comunidade? **Sim () Não ()**
2. Você fez mudanças ou adaptações em suas metodologias e conteúdo para inserir a história local e as vivências dos estudantes quilombolas? **Sim () Não ()**
3. Na escola estão sendo aplicadas as 10.639/03 e 11.645/08 referentes a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena?
Sim () Não ()
4. Como o **ensino de história** tem atuado na efetivação da obrigatoriedade destas leis e para contribuição com o compromisso de reafirmar e construir a identidade quilombola destes estudantes
5. Como os estudantes tem se relacionado com os projetos escolares com a temática étnico-racial?

É importante ressaltar que as perguntas de 4 e 5 foram respondidas posteriormente pelos docentes, para explicar suas metodologias e adaptações, como forma de relato voluntário, já as perguntas anteriores de múltipla escolha, foram marcadas no questionário. Ao responderem ao questionário utilizado na pesquisa, os/as professoras e professores³⁹ identificaram-se com a necessidade de realizar adaptações na sua prática docente em virtude da especificidade da formação em uma escola quilombola. Ao responderem à pergunta “*Você fez mudanças ou adaptações em suas metodologias e conteúdo para inserir a história local e as vivências dos estudantes quilombolas?*”, todos e todas responderam que *sim*, justamente porque a escola exige a necessidade desta adaptação.

Essa adaptação melhora a qualidade do ensino desses estudantes, pois, passa a relacionar os conteúdos gerais com a história local e a vivência dos mesmos, atendendo assim os dois incisos do Art.34⁴⁰ das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, que determinam:

§ 1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir dos valores e interesses das

³⁹ Desses docentes somente dois são professores de história.

⁴⁰ O Art.34 diz que: “O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades”.

comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos projetos político-pedagógicos.

§ 2º O currículo deve considerar, na sua organização e prática, os contextos socioculturais, regionais e territoriais das comunidades quilombolas em seus projetos de Educação Escolar Quilombola.

Desta maneira a escola passa a se utilizar da história local como uma fonte alternativa na construção de currículos que melhor se adaptem às especificidades da comunidade escolar quilombola. A noção de história local que esta pesquisa utiliza está apoiada no entendimento de Guimarães (2012, p.240-245) que trata a história local como uma expansão de uma visão limitada da história, embasada no olhar dos colonizadores e no eurocentrismo, para um olhar mais plural e progressista que possa auxiliar na construção de identidades, como a mesma afirma:

Ensinar e aprender história local e do cotidiano é parte do processo de (re) construção das identidades individuais e coletivas, a meu ver, fundamental para que os sujeitos possam se situar, compreender e intervir no meio em que vivem os cidadãos críticos. [...]. Essa construção, porém, não deve ser no sentido de apagar as diferenças ou de cristalizar imagens imutáveis. As identidades são processos dinâmicos. Trata-se, portanto, de reconhecer o contexto sócio histórico em que vivemos marcados pela pluralidade territorial, étnica, religiosa, cultural e também por profundas desigualdades sociais e econômicas. Acreditamos que não há uma oposição em ensinar história local/regional e história nacional.

A Escola Teixeira de Freitas tem se esforçado no sentido de inserir os conteúdos da história local interligados ao conteúdo geral e neste ponto é possível observarmos que há uma “descolonização do saber”, ou seja, há naquela escola uma desconstrução dos currículos escolares que são geralmente eurocêntricos. Essa descolonização do saber não precisa ser feita necessariamente pela matéria de história, uma vez que esta desconstrução é entendida como interdisciplinar e, no caso desta escola, é uma característica obrigatória, por ser uma escola quilombola.

Mas deve-se levar em conta que o Ensino de História atua de forma enfática dentro de escolas que se baseiam nas diretrizes da Educação Escolar Quilombola. Através de sua proposta disciplinar, as disposições de assuntos e debates sobre a História Africana e Afro-brasileira, permitem a desconstrução das visões hegemônicas sobre os processos civilizatórios que compõe a história do Brasil. O ensino de história em sua composição curricular deve abordar temas que expressem e reafirmem a visibilidade da história e da cultura dos povos antes subalternizados e invisibilizados pelos currículos escolares. De acordo com Araújo (2008, p.09)

Um dos eixos centrais do pensamento decolonial é a proposição de uma leitura de-constitutiva dessa visão tradicional, dispensando especial atenção à subalternização cultural e epistêmica das culturas não europeias promovidas pelas relações de colonialidade.

A visão decolonial aparece como uma saída contra hegemônica que aglutina e representa de uma forma mais democrática as visões de mundo que coexistem no contexto educacional brasileiro. Essa diversidade era (é) negada dentro de grande parte dos currículos, como explicita Santomé (1995, p.161).

Quando se analisa de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente à atenção a arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/o marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação. Entre essas culturas ausentes podemos destacar as seguintes: [...] as etnias minoritárias ou sem poder, o mundo feminino, as sexualidades lésbicas e homossexual [...] o mundo rural e litorâneo, as pessoas com deficiência física e/ou psíquica, as vozes do terceiro mundo.

Aos poucos, essas culturas têm se inserindo na lógica de ensino da educação formal, muito em virtude da formação e engajamento das recentes gerações de profissionais provenientes dos movimentos sociais, neste caso, do movimento negro ou pertencentes a grupos étnicos que passaram a ocupar espaços dentro das universidades. Para Bulhões e Marques (2017, p. 252) este cenário se modifica gradativamente uma vez que:

Intelectuais nas universidades, integrantes de movimentos sociais, profissionais da educação tem assumido o compromisso de problematizar os silenciamentos resultados do pretenso universalismo euro-ocidental que marcou os processos de escolarização em nosso país.

Essa modificação no cenário educacional se faz importante no momento em que podemos ver seus desdobramentos na Escola Teixeira de Freitas, que tem uma parte de seu corpo docente composto por professores/as que são da própria comunidade ou remanescentes de comunidades quilombolas nas redondezas. E esse foi um dos pontos que levou a escola a engajar-se na construção de um currículo que abrangesse a história local e ao mesmo tempo fomentasse a formação dos estudantes na luta antirracista, trazendo o Projeto Batuque como carro chefe deste processo.

3.2 PROJETO BATUQUE: IDENTIDADE E PERTENCIMENTO NO AMBIENTE ESCOLAR

O Projeto Batuque é umas das atividades pedagógicas programadas anualmente pela Escola Teixeira de Freitas. O referido projeto passou a ser executado no ano de 2011, quando a escola observou a necessidade de incluir em suas pautas de ensino e estudo, a história local. Segundo o relato da secretária Anny Picanço, o projeto surgiu com o intuito de resgatar e reafirmar o sentimento de pertencimento sobre as tradições quilombolas, visto que neste período os jovens da comunidade estavam se distanciando de suas origens:

Era triste você ver os alunos da escola, as crianças, os jovens sem a menor informação a respeito do que era o batuque, vamos partir desse princípio. E é algo que acontece sempre na comunidade e eles não tinham noção e as únicas pessoas que faziam acontecer e viver a questão quilombola ali dentro da comunidade eram os mais velhos, através de algumas atividades que são realizadas até hoje, e são atividades agrícolas rudimentares e nas festividades quando acontecia a manifestação cultural através do batuque da música e da dança e também da parte religiosa, mas que as crianças e os adolescentes, os jovens não participavam, ao contrário eles ficavam à margem e criticando, rindo, fazendo chacota. Então, inclusive, foi isso que me chamou atenção porque daquela forma todo aquele legado estava se perdendo e quando aquelas pessoas não estivessem mais ali, como hoje já não tem várias delas, o que era que ia acontecer? Ia se acabar ia sumir? E nós enquanto escola sentimos a necessidade de ajudar a comunidade, através do poder que nós temos, de influenciar positivamente aquelas crianças, aqueles jovens, e mostrar o que eles estavam fazendo com algo que é tão importante e tão bonito.

Percebemos no trecho extraído do relato escrito pela secretária que havia naquele período, certo descaso por parte dos jovens quando se tratava das tradições quilombolas. A partir disso, a escola formulou o Projeto Batuque, como uma saída estratégica e didática para inserir os estudantes membros daquela comunidade nas tradições locais. O objetivo geral⁴¹ do projeto é:

Fomentar a valorização da produção popular como um patrimônio cultural da história do povo da comunidade Quilombola de São Pedro dos Bois, para conhecer e compreender com uma visão crítica a história da comunidade afrodescendente brasileira tão importante na constituição de nosso país.

Para cumprir com este objetivo, o Projeto Batuque foi sendo executados através de temáticas específicas a cada ano. Abaixo temos uma breve linha do tempo dos temas já desenvolvidos no projeto:

⁴¹ Retirado do Projeto Batuque 2011

- 2011: Geográfico, histórico e cultural local.
- 2012: Nosso Folclore, nossa cultura!
- 2013: Um olhar do educando no seu cotidiano
- 2014: Revivendo as tradições
- 2015: A história de uma caminhada
- 2016: Não teve (por falta de verbas)
- 2017: Não teve (por falta de verbas)
- 2018: Eu quilombola? - Quem sou? De onde vim? Para onde vou?

Cada um desses temas buscou evidenciar para os estudantes elementos históricos e culturais presentes nas vivências da comunidade de São Pedro dos Bois, tais como a religiosidade, a música, a dança, a gastronomia, o campo do trabalho e o afroempreendedorismo⁴². As temáticas visam o fortalecimento da formação de uma consciência histórica e cultural, não apenas dos/as estudantes, mas da comunidade em si, criando um cenário propício para lutas por direitos e na qualidade de vida das pessoas do quilombo.

Como indicado acima, nos anos de 2016 e 2017 o projeto não foi realizado por falta de verbas, relatado pela escola como sendo um dos principais problemas enfrentados pelas instituições escolares da área rural. Devemos lembrar ainda que os estados têm passado por um constante corte nos investimentos da educação, que se intensificou desde a aprovação da Emenda Constitucional 95, aprovada em dezembro de 2016, na gestão do presidente Michel Temer. A redução das verbas em todos os níveis educacionais tem sido uma influência negativa que reverbera do cenário político brasileiro na educação, principalmente naquelas que tratam de grupos tradicionalmente *não* hegemônicos na História da educação brasileira.

Seguindo essa tendência de desmonte da educação no Brasil, no ano de 2018 a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) foi extinta pelo atual governo. Esta secretaria atuava com o objetivo assegurar o direito à educação com qualidade e equidade, através de políticas públicas educacionais, que atingiam categorias específicas como: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial,

⁴² Categoria de movimentação de mercado e produção voltados para a cultura negra. Basicamente, esta categoria carrega traços do empreendedorismo, como agilidade em solucionar problemas e fazer rentáveis as oportunidades identificadas, porém o afroempreendedorismo tem um propósito além do lucro, o de reafirmar raízes e impactar positivamente na autoestima e economia do povo negro.

Educação Ambiental e em Direitos Humanos, Educação do Campo, Indígena e Quilombola e Educação para as Relações Étnico-Raciais. A extinção da Secadi reduz o campo de alcance das medidas desenvolvidas pelo Ministério da Educação e podem reduzir as ações que promovem a efetividade das políticas públicas para esses grupos, que geralmente já encontram dificuldades na implementação efetiva de suas diretrizes e legislações educacionais, a exemplo da não realização do Projeto Batuque, nos anos de 2016 e 2017.

Ainda não é possível avaliar o tamanho do impacto que a extinção da Secadi terá na luta pela expansão e implementação da Educação Escolar Quilombola pelo Brasil, porém, entendemos que a secretaria era um elemento importante desta demanda. A escola e a Educação Escolar Quilombola dentro das comunidades têm uma atuação direta no processo de “tornar-se negro”⁴³ e a experiência destas instituições torna-se crucial para percebermos o quanto a educação pode influenciar positivamente na formação das identidades e na reafirmação de um pertencimento histórico que, por vezes, pode ser enfraquecido por uma estrutura social racista que foi institucionalizada e naturalizada para tratar o povo negro e sua cultura como inferiores ou subjugados.

Na Escola Teixeira de Freitas a efetivação da Educação Escolar Quilombola começou com o Projeto Batuque e aqui vamos analisar mais a fundo a edição de 2018 da qual participamos e observamos durante o período de desenvolvimento desta pesquisa. A temática desenvolvida no projeto neste período foi “Eu quilombola? - Quem sou? De onde vim? Para onde vou?”, a proposta era responder a estas questões a partir da realidade da comunidade e da relação com a sua própria história e utilizar a pergunta “para onde vou?”, como uma passagem para enfatizar a educação como um caminho importante para a emancipação e afirmação de direitos, sem se desligar da cultura ancestral.

⁴³ Ver: SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983, Coleção Tendências; v. 4.

Figura 5 - Mural de recepção do Projeto Batuque 2018



Fonte: Acervo Pessoal.

O projeto conta com alguns elementos importantes, como o seu texto base⁴⁴, que foi distribuído para professores e professoras para auxiliar na construção dos conteúdos ministrados em sala e nas atividades de pesquisa feitas pelas turmas, cujos resultados foram apresentados na culminância do projeto. Este texto foi construído como um elemento que pudesse condensar a essência histórica da comunidade de São Pedro dos Bois, instigando os/as docentes (principalmente os não quilombolas) a traçarem suas metodologias alinhadas com o Projeto Batuque.

A secretária Anny Picanço e eu elaboramos o texto base inserindo a história da comunidade, a história da educação na comunidade, os conceitos de quilombo e quilombola, noções das legislações e políticas públicas voltadas para o povo negro, colocando como anexos os textos normativos das legislações que regem a Educação Escolar Quilombola e as leis e decretos que reconhecem os territórios quilombolas e suas populações no Brasil. O texto base foi elaborado como uma das atividades programadas da pesquisa de campo, possibilitando assim uma interação com a escola e a sua organização pedagógica voltada para a realização do Projeto Batuque. Além do texto base, outro elemento é o próprio documento do Projeto Batuque completo, contendo, os objetivos, temática e cronograma das atividades para o ano de 2018.

Após essa ambientação com os conteúdos, foi realizada uma palestra, intitulada *O “quilombola” e a história*, com o intuito de responder aos questionamentos do projeto,

⁴⁴ O texto base de 2018 foi redigido por Adrian Kethen Picanço Barbosa e Anny Picanço Barbosa. Sendo esta a primeira interação que tivemos com os conteúdos e metodologias do Projeto Batuque 2018.

ouvir e sanar as principais dúvidas de alunos e alunas da escola com relação à história negra em seu contexto nacional e regional. Essa palestra foi organizada pela secretária da escola e eu, sendo esta também uma das atividades programadas da pesquisa de campo e do próprio Projeto Batuque. Esta programação reuniu estudantes, funcionários/as, professores, professoras, técnicos/as e colaboradores/as. O conteúdo da palestra estava estruturado da seguinte maneira: História do Negro no Brasil e na Amazônia, a formação dos quilombos e a resistência do povo quilombola, heróis e heroínas negros e a representatividade, o ser quilombola e a educação.

O conteúdo foi ministrado de uma forma didática e despertou a curiosidade das crianças, que fizeram muitas perguntas e contribuições a partir de suas vivências. Considero tal experiência importante, pois demonstrou para professores/as, coordenação e pesquisadores/as, com certa amplitude, como estava o entendimento dos/as estudantes sobre as questões históricas e culturais relacionadas ao quilombo, local e nacionalmente. As perguntas feitas pelas crianças, em geral, eram sobre o contexto amplo da história como “O que significa quilombo?”, “Quem foi Zumbi dos Palmares?”, “De quem eu sou parente (descendente)?”, esses questionamentos revelam a curiosidade dos/as mesmos/as, pelos conceitos que geralmente ouvem e as noções de origem do povo quilombola. As imagens abaixo são registros feitos no dia 23 de novembro de 2018, dia da realização da palestra.

Figura 6 – Momento de pergunta dos alunos



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 7 - Público da Palestra



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 8 – Palestra: O Quilombola e a História



Fonte: Acervo Pessoal.

As questões colocadas pelos estudantes foram respondidas, com base no conteúdo da palestra, relacionando à história local. Em seguida, aplicamos um questionário semi-aberto com as seguintes perguntas:

Questionário

1. A aula de história tem abordado a história local? Sim () Não ()
2. Você vê elementos da cultura quilombola em sala de aula? Sim () Não ()
3. Caso você tenha respondido sim, a pergunta anterior dê exemplos:
4. O Projeto Batuque contribuiu para que você se entendesse como Quilombola e parte de uma comunidade remanescente de quilombo? Sim () Não ()
5. Você se intitula como quilombola? Sim () Não ()
6. Para você a escola tem importância dentro da comunidade? Sim () Não ()

Figura 9 - Crianças da Escola Quilombola respondendo ao questionário.



Fonte: Acervo Pessoal.

Este questionário foi feito com os/as estudantes do 1º ao 9º ano que estavam envolvidos no Projeto Batuque, no total foram 35 questionários aplicados e estes geraram os dados dispostos na tabela abaixo.

QUADRO III – DOS COLETADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

Alunos Quilombolas	28 alunos dos 35 questionários aplicados
Alunos não quilombolas	07 alunos dos 35 questionários aplicados
Alunos que veem a cultura quilombola em sala de aula	33 alunos dos 35 questionários aplicados
Alunos que não veem a cultura quilombola em sala de aula	02 alunos dos 35 questionários aplicados
Alunos que veem a história local em sala de aula	34 alunos dos 35 questionários aplicados
Alunos que não veem a história local em sala de aula	01 aluno dos 35 questionários aplicados
Alunos que acham a escola importante para a comunidade	34 alunos dos 35 questionários aplicados
Alunos que não acham a escola importante para a comunidade	01 aluno dos 35 questionários aplicados

De acordo com a tabela apresentada, 28 alunos que responderam o questionário se consideram quilombola, os que não se consideram quilombolas, são advindos de fazendas e territórios não quilombolas próximos à escola. Quase que a totalidade dos estudantes consegue identificar o uso da História Local e os elementos da cultura quilombola em sala de aula, sendo 33 e 34 respectivamente o número de alunos que identificam esses elementos para cada uma dessas categorias.

O tipo de questionário utilizado (semi-aberto) nos permitiu questionar aos estudantes quais eram estes elementos da história local e da cultura quilombola que os mesmos mais identificavam na escola e em sala de aula, nas respostas, encontramos elementos como: Tecidos “panos” tradicionais, tambores, comidas típicas no refeitório, poesias e bandaias de batuque (versos), dentre outros. Destes elementos citados nos questionários dos/das estudantes, gostaria de destacar dois que me chamaram a atenção. Em questionários diferentes os/as estudantes identificaram os seguintes elementos como parte da história local e cultura quilombola em sala de aula: *As pessoas* e o *Batuque*⁴⁵.

Descrever esses dois elementos como fortes e fáceis de se identificar no cotidiano escolar da Escola Teixeira de Freitas representa um pouco como esta instituição vem inserindo as vivências da comunidade São Pedro dos Bois na sua ideia de ensino. “As pessoas”, por serem os próprios quilombolas da comunidade, sejam funcionários ou não da escola engajados para contar a sua história, para perpetuar a sua cultura através da educação e o “Batuque”, como a mais forte expressão cultural daquela comunidade, estando presente na escola através de um projeto pedagógico (Projeto Batuque), que educa e reafirma o sentimento de pertencimento desta comunidade quilombola.

Enxergar esses elementos se dá também em virtude da metodologia adotada pelos professores e professoras. Exemplificarei essa metodologia a partir das atividades desenvolvidas pelo professor de história Jerry do Socorro de Oliveira dos Santos, do 9º ano, e dos professores Antônio Picanço Barbosa e Telma Picanço Barbosa, ambos do ensino fundamental I, com as séries 3º e 4º ano respectivamente.

⁴⁵ De acordo com CANTO (2018) é uma parte do conjunto de atos que acontecem em louvor aos santos [...] ocorre durante e após as obrigações religiosas de uma vasta programação festiva, na qual os membros dessas comunidades têm grande e ativa participação. Consiste ainda na música e dança próprias, caracterizados pelo ritmo rápido produzido por instrumentos rusticamente confeccionados por artesãos locais. In: < <https://www.blogderocha.com.br/nossos-batuques-por-fernando-canto/> > Acesso em: 22.03.2019

QUADRO IV – METODOLOGIA DOS DOCENTES

Professor/a	Atividade desenvolvida
<p>Professor: Antônio Picanço Barbosa</p> <p>Serie: 3º ano</p>	<p>Optou por adensar aos seus conteúdos a história da religiosidade da comunidade, e para isso, desenvolveu uma pesquisa de campo com a turma. Como base, ele utilizou a história oral.</p> <p>Os estudantes, acompanhados do professor, visitaram a casa dos membros mais antigos da comunidade para levantar informações sobre as festas religiosas que são realizadas naquele quilombo. Os estudantes condensaram informações sobre a Festa de São Pedro, São Raimundo e Nossa senhora da Conceição, sendo estas as principais festividades da Comunidade Quilombola de São Pedro dos Bois. Os estudantes ainda fizeram fotos dos Santos e acessórios utilizados nas festas religiosas.</p>
<p>Professora: Telma Picanço Barbosa</p> <p>Serie: 4º ano</p>	<p>Utilizou como atividade durante as suas aulas uma pesquisa sobre os elementos e objetos antigos que constituem a história da comunidade e, atrelado a isso, propôs aos estudantes construir com material regional (Miriti) a arquitetura das casas e embarcações da comunidade. Como resultado, os estudantes levaram para a sala de aula objetos antigos que seus familiares guardam em casa como, ferros de passar a carvão, oratórios antigos, sinos, cerâmicas etc.</p>

	As casas e embarcações de Miriti foram construídas pela turma para posterior exposição.
Professor: Jerry do Socorro de Oliveira dos Santos - Professor de História Serie: 9º ano	Trabalhou com os estudantes os conceitos relacionados à história Afro-brasileira, como Quilombo e Resistência, além de inserir elementos da luta antirracista como conteúdo de estudo. Como resultado os estudantes produziram cartazes explicando esses conceitos a partir de uma perspectiva e ainda prepararam uma mídia audiovisual, com pequenos vídeos e fotos sobre a temática.

Essas atividades anteriormente descritas foram introduzidas no planejamento anual dos/as professores e professoras como forma de inserir a cultura local nos conteúdos aplicados em sala de aula. Essas metodologias seguem a perspectiva da visão decolonial, já abordada neste capítulo, pois, conseguem produzir dentro do currículo planejado o ensino-aprendizagem a partir das vivências dos estudantes e da história local, opondo-se ao ensino tradicional da educação formal (que em geral é eurocêntrico) e agregando ao processo de implementação e estabilização da Educação Escolar Quilombola na Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas.

Cada uma dessas ações descritas foi realizada como o intuito de construir apresentações para serem expostas pelos/as estudantes na culminância do Projeto Batuque. As turmas ficaram responsáveis pelos seguintes eixos temáticos: Comidas típicas, Religiosidade, Artefatos antigos e Conceitos Históricos sobre a história negra/quilombola. Como observação, relato que a única turma com a qual não conseguimos falar com a professora responsável foi a que estava encarregada de falar sobre as comidas típicas (5º ano), porém no dia da culminância do projeto os/as estudantes explicaram que as mães e/ou responsáveis levaram para exposição uma comida típica do quilombo de São Pedro dos Bois. Para ilustrar as realizações das metodologias, abaixo apresentaremos algumas fotos das atividades dos docentes da Escola Teixeira de Freitas e suas respectivas turmas.

Figura 10 - Alunos do 4º ano produzindo casas de Miriti



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 11 - Crianças do 3º ano entrevistando os mais velhos, sobre as festividades religiosas do Quilombo.



Fonte: Acervo Pessoal.

Essas atividades foram expostas na culminância do Projeto Batuque em dezembro de 2018, onde as turmas da escola apresentam as atividades desenvolvidas ao longo do segundo semestre letivo em suas respectivas salas. Além dessas exposições, foi realizada uma oficina de turbante com os alunos do 4º ano, uma palestra para toda comunidade

quilombola e escolar, com a temática do projeto “Eu quilombola? Quem Sou? De onde vim? Para onde vou?”, na qual houve a contribuição da comunidade com suas vivências e experiências. Por fim, a apresentação cultural dos estudantes de series variadas, dançando ao mais tradicional ritmo da comunidade quilombola de São Pedro dos Bois, o Batuque, que dá nome ao Projeto. As imagens abaixo demonstram a exposição das atividades desenvolvidas pelas turmas do ensino fundamental I e II, a palestra ministrada por nós e a oficina de turbante realizada com a turma do 4º ano.

Figura 12- Turma do 3º ano - Religiosidade



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 13 - Turma do 5º ano - Comidas Típicas



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 14 - Turma do 4º ano - Objetos Antigos



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 15 - Turma do 9º ano - Conceitos da História Quilombola



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 16 - Palestra: Eu Quilombola? Quem sou? De onde vim? Para onde vou?



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 17 – A comunidade presente.



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 18 - Apresentação do Projeto Batuque



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 19 - Apresentação Cultural: Dança do Batuque - Estudantes de séries variadas.



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 20 - Oficina de Turbante na turma do 4º ano



Fonte: Acervo Pessoal

Retomo uma das informações apresentada na tabela dos dados dos questionários, para falar da importância do Projeto Batuque e do impacto que ele tem tido no quilombo de São Pedro dos Bois. Os dados coletados apontam que 34 dos alunos que responderam o questionário (quase que a totalidade) consideram a escola importante para a comunidade, isso demonstra que os estudantes estão conseguindo perceber a influência positiva da educação e da escola em seu cotidiano, ajudando a reafirmar suas origens e aumentando a sua autoestima enquanto negros/as e quilombolas. Tal percepção deste

impacto foi observada nos dados dos questionários, na observação em campo da postura dos/as estudantes e também é evidenciada pela escola como ressalta Anny Picanço:

Hoje, depois oito anos da criação do projeto, desde que nós começamos a trabalhar educação escolar quilombola, a gente percebe na prática o impacto que isso trouxe para a comunidade. Hoje se tu chegares à comunidade vai ver como as pessoas tratam e falam de si e da comunidade e como as pessoas falam do Batuque, da criação da comunidade, de onde veio e porque aquela comunidade surgiu, desde o nome São Pedro de bois, até quem foram os primeiros moradores. Falam ainda porque se dança batuque e qual seu significado e importância até hoje. Principalmente depois do projeto desse ano, para poder olhar para o aluno e perguntar, mas o que é quilombola? Por que tu és quilombola? De onde tu vieste? Para onde tu pretendes ir? Nossa! Te dá uma satisfação muito grande com as respostas, do mais pequenininho até o teu aluno lá do nono ano. É uma satisfação muito grande. [...] particularmente é algo que me dá muito prazer, eu já tive vontade de parar por diversas questões e decepções que a gente vem tendo ao longo do tempo. Eu já tive vontade de parar, mas eu não consegui porque se tornou mais forte do que nós. É algo que é a identidade da nossa escola. Hoje você chega ao São Pedro dos Bois e quando você fala de escola não tem jeito, você fala do Projeto Batuque, sabe assim, o prazer que se tem que falar já foram estudiosos lá conosco conhecer nosso projeto, vocês não são os primeiros. “A gente sente muito orgulhoso, não em dizer, “eu participei” não, mas o orgulho em dizer “a comunidade participou” e cresceu intelectualmente, cresceu de forma positiva no que tange a educação e o conhecimento de si própria e da história. Então hoje, através dos alunos que por ali já passaram e os que ainda estão na escola, sei que a gente construiu um legado de conhecimento e não fui eu, fomos todos nós. Pois ao longo desse trabalho da educação escolar quilombola a gente não faz nada sozinho, no máximo tu dá um norte, faz um esqueleto do que se deve fazer e as pessoas vão atrás e as pessoas se envolvem, aprendem e ensinam. Não tem quem não aprenda, não tem quem não ensine é muito gratificante você ver nos olhos de uma criança ela aprendendo sobre a origem dela, sobre através daquilo que ela gosta e que vê dentro da comunidade dela, o porquê daquilo é como se tu tivesses dando para a vida das pessoas, ou melhor, ajudando a ressignificar a vida das pessoas.

Esse relato e o que pudemos analisar sobre a execução do Projeto Batuque 2018 demonstram como uma Educação Escolar Quilombola se constrói e se efetiva a passos lentos, mas, apesar da lentidão, pode modificar a vida de jovens negros/as que estão iniciando a sua carreira escolar. Com essa modalidade de ensino, as crianças e adolescentes não se veem como sujeitos do lado “perdedor/sofredor” da história. A importância desta perspectiva está em sua estrutura articuladora no sentido de reduzir estereótipos e amenizar as percepções que subjagam a história afro-brasileira. Desta forma os estudantes passam a se enxergar como um povo descendente de grupos resistentes com uma história rica e diversa, que emanam costumes por eles e elas praticados no presente através das vivências familiares. A escola, então, aparece como

um elemento capaz de desenvolver a formação de identidades e a reafirmação de pertencimentos coletivos, através da educação.

Em síntese, analisar esta experiência escolar nos apresentou três pontos importantes como “resultados”. Primeiro, a distância observada entre obrigatoriedade x efetividade das legislações educacionais específicas da Educação Escolar Quilombola. Entendemos a implementação desta modalidade de ensino como um processo longo e lento, que tem encontrado dificuldades para ser de fato efetivado, visto que mesmo que as legislações educacionais como a lei 10.639/03 e as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, já estejam garantidas como recursos educacionais obrigatórios, há diversas falhas na execução. Identificamos algumas a partir da experiência na Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas.

Dentro desta escola em específico, pedagogicamente, a falta de um Projeto Político Pedagógico (PPP), embasado nas Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, o que implica que esta modalidade de ensino ainda não é executada em todos os seus elementos, pois há uma carência de recursos humanos e financeiros para que o PPP seja montado de acordo com todos os parâmetros determinados pelas diretrizes específicas. Além disso, a falta de professores, professoras e gestores (principalmente de diretoria) que tenham vínculos de pertencimento com a comunidade ou que tenham formação continuada na área das Relações Étnico Raciais, como direcionado no Art.39, incisos 2º e 3º das diretrizes que orientam a educação escolar quilombola é outro elemento que dificulta a plena efetivação da Educação Escolar Quilombola, porém, é importante ressaltarmos que esta modalidade de ensino está em processo adaptação e implementação na Escola Teixeira de Freitas, através dos projetos escolares e planos anuais de ensino, alinhados as bases das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Escolar Quilombola.

Para além destes elementos, existem também problemas com a circulação de informação sobre a obrigatoriedade desta modalidade de ensino, pois o conhecimento sobre a mesma pouco chega as comunidades mais distantes da capital, Macapá e também há o desconhecimento sobre as legislações específicas por parte dos gestores/as e professores/as que atuam nessas escolas. Assim como constatamos na comunidade vizinha a São Pedro dos Bois, o quilombo de São Roque do Ambé, que dispõe de uma escola, porém, que até o momento da finalização deste trabalho ainda não utilizava como

base pedagógica a Educação Escolar Quilombola, por falta de informação, como nos foi relatado por membros da associação de moradores da comunidade.

Isso também ocorre pelo *não* engajamento dos órgãos reguladores educacionais municipais e estaduais na implementação da Educação Escolar Quilombola nas comunidades existentes no estado do Amapá. A distância entre obrigatoriedade e efetividade das políticas públicas educacionais para a população negra e quilombola, acontece muito em virtude das ações limitadas e o despreparo dos setores educacionais, como destaca Larchert e Oliveira (2013. p.51)

[...] a falta de preparo dos órgãos públicos municipal e estadual, como por exemplo, a Secretaria de Educação para implantar e implementar as políticas federais, garantindo a efetiva operação nas comunidades, é um dos obstáculos para efetivação das ações de valorização e reconhecimento dessas comunidades nas diversas esferas políticas. É preciso apontar que existe um hiato entre o que propõe as políticas públicas aqui descritas e a situação local de alguns grupos quilombolas no país.

Essa dificuldade em uma completude na efetivação da Educação Escolar Quilombola, nos leva ao segundo ponto analisado, que é a produção de uma história local dentro das escolas quilombolas, interligada a um currículo que tem um contexto nacional/mundial. Existe a necessidade que a história dessas comunidades quilombolas sejam produzidas, perpetuadas e publicizadas pelo o olhar de seus próprios membros, visto que há tempos vem sendo contada da perspectiva do colonizador, e no Brasil, sob a égide do mito da democracia racial. Mudar esse eixo de discussão eurocêntrico é uma das principais estratégias da Educação Escolar Quilombola para emancipar os povos tradicionais remanescentes quilombolas, e se a mesma não for plenamente efetivada, tal ação fica comprometida.

Nas entrelinhas deste processo pedagógico, observamos que o cenário político e econômico, local e nacional, influenciam preponderantemente nas ações educacionais. O corte desmedido de verbas no setor da educação, a falta de apoio institucional nos órgãos com competências educacionais e o racismo estrutural são elementos que compõe esse cenário e distanciam as questões educacionais voltadas para as populações negras, das prioridades de ação do governo, sejam elas nas esferas estadual, municipal ou federal.

Ao longo deste capítulo esses dois elementos anteriormente descritos, ficaram bem evidentes nas falas, observações e intervenções que fizemos no período da pesquisa de campo, porém, o terceiro e mais importante ponto analisado foi o impacto que a

Educação Escolar Quilombola vem causando nos estudantes da comunidade de São Pedro de Bois. Nesta pesquisa nos referenciamos a diversos elementos das Diretrizes Curriculares que regem a Educação Escolar Quilombola, para explicitar que apesar de não estar sendo aplicada em sua totalidade os direcionamentos utilizados demonstram que a implementação desta modalidade de ensino está em construção dentro da escola. Entendemos que a mesma tem impactado positivamente na comunidade a partir da Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas que tem inserido a história, cultura e memória do quilombo nas aulas e projetos escolares, construindo narrativas mais próximas da realidade dos alunos/as quilombolas e até dos não quilombolas e suas respectivas famílias.

O principal efeito do uso desta modalidade de ensino está sendo a reafirmação do sentimento de pertencimento dos estudantes quilombolas para com a sua comunidade e ancestralidade, além disso, proporcionou também o desenvolvimento de respeito a esta cultura por parte dos estudantes não quilombolas que estudam na Escola Teixeira de Freitas. De acordo com Silva (2014. p.106)

[...] **II.** Identidades culturais e ancestralidade são experiências carregadas de sentidos em escolas quilombolas;

III. Diálogo da experiência dos movimentos sociais negros com a escola imprime processos para assegurar direitos educacionais para quilombolas.

Portanto, a partir desta lógica apresentada pela autora acima, percebemos durante a realização do Projeto Batuque 2018, de uma forma mais enfática a materialização destes efeitos que a Educação Escolar Quilombola tem proporcionado. Nesta perspectiva aflora o sentimento de orgulho e pertencimento as raízes negras quilombolas, demonstrado por crianças e adolescentes ao falarem de si próprios, explicando suas origens e o porquê delas, olhando e contando a história a partir de sua compreensão e associando essas vivências ao conteúdo apresentado pelos professores e professoras de diversas disciplinas.

A percepção destes impactos positivos foi um dos pontos mais interessantes de análise neste capítulo e relata-los soa até um pouco utópico ou distante do cenário problemático de efetivação que esta modalidade de ensino enfrenta no Brasil, porém, quando observamos o processo de implementação da Educação Escolar Quilombola na Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas, compreende-se que após as primeiras ações desta educação diferenciada a comunidade de São Pedro dos Bois tomou para si a

ideia da educação como um caminho forte e fundamentado para que a luta por emancipação, direitos e cidadania seja ainda mais forte. Por isso, concordamos com Silva (2014. p.121) em relação aos espaços que os quilombolas têm ocupado e pretendido ocupar dentro da educação.

A trajetória de escolarização dos quilombolas e o seu direito a uma educação específica dentro do território nacional reflete um processo de conquista marcado por situações de negação, interdição e também por ruptura e fratura. De sujeito negado, violado, os quilombolas se colocaram como sujeitos de direito e político e vêm conquistando o lugar de sujeitos epistêmico.

Principalmente porque a partir dessa tomada de conhecimento, e a conquista deste “lugar de sujeitos epistêmicos” por parte das gerações quilombolas mais jovens, estes passaram a ser mais articulados e ativos na busca por melhores condições de vida em um país que os nega e os invisibiliza das mais variadas formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho ocupou-se em analisar o processo de implementação da Educação Escolar Quilombola enquanto modalidade de ensino na Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas, localizada na comunidade de São Pedro dos Bois. As informações contidas nos capítulos que compõe esta pesquisa permearam pontos importantes que subsidiaram a análise desta experiência escolar, evidenciando seus impactos e desdobramentos na comunidade. Para compreender este processo foi necessário abordarmos o contexto histórico de formação dos quilombos e as peculiaridades da escravidão na Amazônia, que subsidiaram a inserção da comunidade estudada, como quilombo histórico e quilombo contemporâneo, sendo este último o conceito utilizado para categorizar São Pedro dos Bois ao longo da pesquisa.

Sendo este um quilombo contemporâneo, apresentamos no primeiro capítulo as suas principais lutas, como a regularização do território, a busca por saneamento básico e por uma educação de qualidade. Lutas que tem como pano de fundo as articulações do Movimento Negro Brasileiro nos debates políticos por efetivação de direitos comportassem as especificidades histórica dos afro-brasileiros, com isso apresentamos, ainda no primeiro capítulo, o crescimento do debate sobre a Educação Escolar Quilombola como uma estratégia de resistência, objetivando a efetivação de uma educação mais plural e democrática.

A Educação Escolar Quilombola é uma política pública educacional que busca atender as particularidades existentes nas instituições localizadas em territórios quilombolas, assim como objetiva a construção de um currículo adaptado a história local e sua diversidade de elementos, tal como indicado no segundo capítulo desta pesquisa. Essas abordagens nos permitiram analisar no terceiro capítulo a forma como vem sendo efetivada a Educação Escolar Quilombola na comunidade de São Pedro dos Bois, a partir das metodologias, e currículos que a escola utiliza para possibilitar aos estudantes a reafirmação de seu pertencimento enquanto quilombolas.

O processo de efetivação da Educação Escolar Quilombola é lento e isso não se restringe a comunidade de São Pedro dois Bois. Como indicamos nesta pesquisa existem alguns elementos que contribuem para essa lentidão. Um deles é a invisibilidade desses povos no âmbito educacional, como abordado por Gomes (2017 p.42-43) em seu procedimento teórico-metodológico denominado de *pedagogia das ausências e*

emergências, indicando que há uma tendência dos sistemas educacionais com base eurocêntrica em não reconhecer outros saberes e as especificidades da educação do povo negro (grupo social não hegemônico), segundo esta autora:

Os projetos, os currículos e as políticas educacionais têm dificuldade de reconhecer esses e outros saberes produzidos pelos movimentos sociais, pelos setores populares e pelos grupos sociais não hegemônico. No contexto atual da educação, regulada pelo mercado e pela racionalidade científico-instrumental, esses saberes foram transformados em não existência, ou seja, em ausências.

Se projetos educacionais, tal como a Educação Escolar Quilombola, são transformados em “ausências” pelo Estado, partindo do despreparo dos órgãos reguladores e do racismo estrutural, logo, produzem uma série de falta de informações sobre esta modalidade de ensino, implicando na sua não efetivação nas comunidades quilombolas, ou seja, ausência. Como apontamos, isso contribui para a invisibilidade destes povos e desta proposta de educação, criando um abismo entre a obrigatoriedade e a efetividade de um direito já garantido no âmbito da legislação educacional.

Essa dificuldade na efetiva implementação da Educação Escolar Quilombola é endossada por outros elementos, dentre os quais podemos citar o crescente corte de verbas no setor da educação, a falta de profissionais nas escolas que tenham tido contato, em seus níveis de formação (graduação e pós-graduação), com as teorias que tratam da história Africana e Afro-brasileira e a falta/dificuldade de informação que as escolas localizadas em quilombos tem em relação à legislação educacional específica. Além destes, a recente extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), reduz as possibilidades de promoção e fomento de ações voltadas para a Educação Escolar Quilombola, tendo sido a referida secretaria parte importante de promoção desta modalidade de ensino. Todos estes componentes são entraves existentes na plena efetivação da Educação Escolar Quilombola.

Em virtude disso, destacamos neste trabalho os esforços feitos pela Escola Teixeira de Freitas para efetivar uma educação diferenciada em sua comunidade, através principalmente do Projeto Batuque, com elementos que permitem uma reafirmação do sentimento de pertencimento quilombola e a perpetuação da cultura da referida comunidade. Assim como o engajamento de professores e professoras na produção de um currículo e metodologias adaptadas à história local, inserindo a vivência dos alunos quilombolas ao cotidiano da sala de aula. Por isso, reforçamos que existe a necessidade

do direcionamento de verbas para o fomento e implementação desta modalidade de ensino, assim como profissionais capacitados para a gestão das escolas e dos órgãos reguladores educacionais.

Para finalizar, ressaltamos que a escola como um espaço de luta e a educação como um ato político é o que melhor representa o ambiente construído a partir da Educação Escolar Quilombola na comunidade de São Pedro dos Bois. Desde a metodologia de descolonização do saber dentro das disciplinas e de forma mais enfática na disciplina de História, a estruturação pedagógica adaptada a cultura local, até o sentimento mais subjetivo de pertencimento quilombola dentro de cada estudante. A ideia de descolonização do saber surge como um reconhecimento da necessidade de mudança para uma visão de mundo mais plural como aponta Silva (2014. p.111)

A desobediência epistêmica implica em conhecer o produzido enquanto conhecimento hegemônico, identificá-lo enquanto tal, não como universal, pois a humanidade é pluriversal. Pensar pluriversalmente implica em necessariamente construir uma relação outra com os povos existentes e suas culturas. Implica em construir nosso caminho de emancipação nos princípios de liberdade, autonomia, consciência crítica, ancestralidade, história e memória.

Tudo isso contribui para a perpetuação da cultura, história e memória da comunidade. Portanto, entendemos a educação como uma forma de resistência para este povo e este é o sentido que fundamenta a Educação Escolar Quilombola na referida comunidade. Daí a importância de fomentar a implementação desta modalidade de ensino no país, para oportunizar a outras comunidades o acesso a este direito instituído a uma educação de qualidade e adaptado as suas realidades.

O desafio de pesquisar as temáticas relacionadas às questões negras tem permeado a vida de quem se aventura a questionar as bases eurocêntricas que estão enraizadas nas academias por todo o Brasil. Esses desafios se tornam ainda mais árduos quando tratamos das questões educacionais que envolvem as Relações Etnicorraciais/Educação Escolar Quilombola, principalmente por serem temas tão recentes no raio de estudos da comunidade acadêmica. Os dados apresentados nas pesquisas, inclusive nesta, ainda são ínfimos diante da imensidão de possibilidades e fontes a serem exploradas sobre esta modalidade de ensino e por esse motivo, chegamos ao fim desta pesquisa certas de que os limites deste trabalho deixam em aberto as potencialidades a serem estudadas sobre a temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Frechal - **Terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luís do Maranhão: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

BRASIL: **Constituição Federal da República do Brasil de 1988**. Brasília, 1988

_____. **ARTIGO 68** da Constituição Federal da República do Brasil – 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, XX – 1988.

_____. **DECRETO Nº 4.886**, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências.

_____. **DECRETO Nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2003a.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**: algumas informações. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Brasília – DF/ 2011.

_____. **LEI Nº 9.459**, DE 13 DE MAIO DE 1997. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

_____. **LEI nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2003b

_____. **LEI Nº 7.668**, DE 22 DE AGOSTO DE 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências.

_____. **LEI Nº 12.288**, DE 20 DE JULHO DE 2010. Vigência (Vide Decreto nº 8.136, de 2013) Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

_____. **LEI Nº 12.711**, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

_____. **PARECER CNE/CP n.º 3**, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana.

_____. **PARECER CNE/CEB n.º 7** de 9 de julho de 2010. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica

_____. **RESOLUÇÃO CNE/CP n.º 1**, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 4**, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

CARTA DO I PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DE QUILOMBOS, Brasília, 1995.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. **O questionário na pesquisa científica**. Administração On Line, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./fev./mar. 2000. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm>. Acesso em: 26 de fevereiro 2010.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar. **Entre virtudes e vícios: educação, sociabilidades, cor e ensino de história**. 1. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. 138p.

DINIZ, Raimundo Erundino Santos. **Quilombo de São Pedro dos Bois: memória biocultural subvertida nas logicas de ocupação recentes do Amapá** / Raimundo Erundino Santos Diniz; Orientadora, Rosa Elizabeth Acevedo Marin. – 2016. 236 f.

FUNES, A. Eurípedes. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”: História e Memória dos mocambos do baixo amazonas. In: **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. / Org. João José Reis; Flávio dos Santos Gomes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GENNARI, Emilio. **Em busca da liberdade: Traços das lutas escravas no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. 152f.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade Etnico-Racial: Por um projeto educativo emancipatório. IN: FONSCECA; SILVA; FERNANDES (ORG.). **Relações Etnico-Raciais e educação no Brasil**. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

- GUIMARÃES, Selva. **Didática e a prática de ensino de história:** Experiência, reflexões e aprendizados. – 13ª ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Paparius, 2012. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
- LUNA, Verônica Xavier. **Escravos em Macapá:** Africanos redesenhando a Vila de São José de Macapá 1840-1856. – João Pessoa-PB: Editora Sal da Terra, 2011.
- MOURA, Gloria. **Salto para o futuro:** Educação Quilombola. Boletim 10. Junho 2007
- MUNANGA, K. **Origem e Histórico do Quilombo Na África.** REVISTA USP, v. 28, p. 56-64, 1995.
- TOSTA, Sandra de Fátima Pereira; COSTA, Lígia. **Alunos Quilombolas:** Escolas e Identidades Étnico raciais. Reflexão e Ação (versão eletrônica), v. 21, p.148-170, 2013.
- THEODORO, Mario. A guisa de conclusão: o difícil debate da questão racial e das Políticas Públicas de combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil. In: **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição** - (org.) Mário Theodoro. Luciana Jaccoud. Rafael Osório. Sergei Soares. – Brasília: Ipea, 2008 176 p.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na Sala de Aula:** Uma introdução aos estudos culturais em educação. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p.159-177.
- SILVA, G.M. **Educação como um processo de luta política:** A experiência de “educação diferenciada” no território Quilombola de Conceição das Crioulas. 2012 – P.199.
- _____. SILVA, G. M. **O currículo escolar: identidade e educação quilombola.** In: XXV Simpósio brasileiro II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2010, São Paulo. Políticas Públicas e Gestão da Educação, Construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas, 2011.
- SILVA, P.B.G. Estudos Afro-Brasileiros: Africanidades e Cidadania. In: Anete Abramowicz, Nilma Lino Gomes. (Org.). **Educação e raça** – Perspectiva políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, v., p. 37-54
- SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos:** identidade e história. 981. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. v. 01. 134p
- SOUZA, Barbara Oliveira. **Movimento Quilombola:** Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008.

SILVEIRA, D. T.; CORDOVA, F. P. Unidade 2 - A pesquisa científica. In: Tatiana Engel Gerhardt; Denise Tolfo Silveira. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, v. p. 31-42.

TEIXEIRA, E. **As Três Metodologias** - 10ª Edição. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013. v. 1. 210p.

SITES UTILIZADOS:

< <http://www.seppir.gov.br/> > Acesso em: 23.01.2019

< <http://conaq.org.br/> > Acesso em: 20.01.2019

<<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/apresentacao>> Acesso em: 26.01.2019

ANEXOS

Anexo 1 – Certidão de título de Terra de um terreno em São Pedro dos Bois - INCRA. Este indica a existências de terras nas redondezas pertencentes à Anna Mininea Barriga, uma das matriarcas de São Pedro dos Bois.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO

SR (21) AMAPÁ
Fls. 05
Rúbrica
INCRA

VISTO

Placido Placido Salgado Andrade
Diretor =

C E R T I D ã O

Certifico a pedido da pessoa interessada que, revendo o arquivo desta repartição, encontrei registrado no livro nº 5, às fôlhas nº8, do livro de registro de Título de Posse o documento do teor seguinte: Título de Posse. O Coronel Coriolano Jucá, Intendente do Conselho Municipal desta Comarca de Macapá, no Estado do Pará. Faço saber que tendo o Cidadão Manoel Maria Ceryllo, requerido o título de posse das terras que ocupa, mensa e pacificamente no lugar denominado "São Pedro dos Bois de Cima", deste município de Macapá, e tendo já decorrido o prazo de que trata o artigo cento e vinte cinco do Regulamento de vinte e oito de Outubro de mil oitocentos noventa e um e preenchidas todas as formalidades estabelecidas pelo mesmo Regulamento; para o que apresentou o mesmo requerente a seguinte declaração: Declara Manoel Maria Ceryllo, abaixo assinado, que dentro da área de terras, situada na margem esquerda do "Igarapé do Lago", Afluente do "Rio Pedreira" Município de Macapá Estado do Pará, área do terreno calculadamente quatro legua de frente, sobre ou tras tantas de fundos, com a denominação acima mencionada, e possuidor de um quarto do mesmo terreno, como prova com o documentos junto, terreno este de campinas, lagos, matas, e ilhas próprias para criação de gado vacum, e cavalhar, tambem prestavel para roças de mandioca, limita-se do lado de baixo, no lugar conhecido estirão do "Jacaré" que divisa os terrenos da fazenda "Ambé" limita-se do lado de cima no lugar chamado passagem do Lopes, faz fundos na "Ilha denominada do Murarema". O Declarante tem neste terreno, fazenda de gado vacum, e cavallar, roças de mandioca, e uma casa de vivenda construída de boas madeiras, coberta de palha, corraes, para deposito de gado, e plantações de arvores frutíferas, Signaes Naturaes naturais no dito terreno duas Ilhas e Ilhas com fontes d'água pautavel, e madeira prestavel. São visinhos e possesiros em commum no mesmo terreno, Dona Anna Mininea Barriga da Costa, Brpham Domingos Antonio Barriga, Antonio Suter de Miranda, Gregorio Antonio Banha, Bruno Alvarez da Costa, Manoel Germano de Oliveira, Dona Benedicta Maria, digo Benedicta Joaquina da Costa, José Ricardo Ramos, Manoel Nery da Silva, Antonio Victorino Borges Pereira, herdeiros do finado Ricardo Estevão Ramos, e os herdeiros do finado Felipe de Souza. Macapá cinco de Outubro de mil oitocentos noventa e seis. Manoel Maria Ceryllo. E não tendo havido reclamação alguma das partes confrontantes, verificada a exatidão das declarações retro; mandei que lhe fosse expedido o presente titulo na forma do artigo cento e vinte seis do Regulamento citado, ficando archivado na Secretaria d'este Conselho, a petição informaçõ e mais documentos, relativos as mesmas terras e assim investido o possesiro Manoel Maria Ceryllo, dos direitos conferidos pelo artigo quinto do paragrafo quarto da Lei numero oitenta e dois de quinze de Setembro de mil oitocentos noventa e dois. Dado na Secretaria d'este Conselho Municipal aos trinta dias do mez de Novembro de mil oitocentos noventa e seis. E eu, Gregorio Vieira de Mello, Encarregado do Registro que subscrevi. Coriolano Jucá. O possesiro Manoel Maria Ceryllo. Registrada as folhas do livro competente numero terceiro digo registrado as sessenta e tres verço do livro competente numero terceiro. O Intendente- Coriolano Jucá. O Encarregado do Registro- Gregorio Vieira de Mello, Numero três. Reis dois. Pagou dois mil reis de sello. Macapá vinte e oito de Junho de mil oitocentos noventa e sete. O Collector- Silva Loureiro. O Escrivão Manoel Pinheiro de Almeida. Era o que se continha em o dito titulo de posse que aqui transcrevi. O Encarregado do Registro. Gregorio Vieira de Mello, que escrevi. Esta certidão e original ao qual me refiro. Macapá, 25 de Setembro de 1973.

F. J. Brandão
GREGÓRIO VIEIRA DE MELLO
Encarregado do Registro

APÊNDICES

Apêndice 1 – Termo de livre esclarecimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - DFCH
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DE SÃO PEDRO DOS BOIS – AP (2011-2018), sob a responsabilidade da pesquisadora Adrian Kethen Picanço Barbosa, a qual pretende analisar a Educação Escolar Quilombola como uma modalidade de ensino, a partir das práticas educacionais da Escola Estadual Teixeira de Freitas, localizada no Quilombo de São Pedro dos Bois.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de aplicação de questionário. Se você aceitar participar, estará contribuindo para a construção de um estudo sobre as práticas educacionais da escola inseridas na comunidade, ajudando na publicização da efetividade ou não das praticas da Educação Escolar Quilombola para o meio acadêmico, tendo como referência a comunidade quilombola de São Pedro dos Bois.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço adrianbarbosa267@gmail.com, pelo telefone (96) 991550551, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNIFAP no telefone (96)40092804

Consentimento Pós-Informação
Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

_____ Data: ____/ ____/ ____

Assinatura do participante
Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar



Assinatura do Pesquisador Responsável

Apêndice 2 – Questionário semi-aberto aplicado aos Estudantes da Escola Teixeira de Freitas

➤ Questionário direcionada a estudantes quilombolas – Séries variadas

1. A aula de história tem abordado a história local? **Sim () Não ()**
2. Você vê elementos da cultura quilombola em sala de aula? **Sim () Não ()**
3. Caso você tenha respondido sim, a pergunta anterior dê exemplos:

4. O Projeto Batuque contribuiu para que você se entendesse como Quilombola e parte de uma comunidade remanescente de quilombo? **Sim () Não ()**
5. Você se intitula como quilombola? **Sim () Não ()**
6. Para você a escola tem importância dentro da comunidade? **Sim () Não()**

Apêndice 3 – Questionário semi-aberto aplicado para professores e professoras

➤ Questionário para professores e professoras:

1. Em sua opinião, uma educação diferenciada, pautada nas diretrizes curriculares da Educação Escolar Quilombola, afetaria positivamente a vida da comunidade?
Sim () Não ()
2. Você fez mudanças ou adaptações em suas metodologias e conteúdo para inserir a história local e as vivências dos estudantes quilombolas? **Sim () Não ()**
3. Na escola estão sendo aplicadas as 10.639/03 e 11.645/08 referentes a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena?
Sim () Não ()

Próximas Questões fazem parte do Relato Voluntário.

4. Como o **ensino de história** tem atuado na efetivação da obrigatoriedade destas leis e para contribuição com o compromisso de reafirmar e construir a identidade quilombola destes estudantes
5. Como os estudantes tem se relacionado com os projetos escolares com a temática étnico -racial?

Apêndice 4 – Questionário aplicado a coordenação da Escola Teixeira de Freitas

➤ Questionário aberto direcionado a coordenação da Escola:

1. A escola se utiliza das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*? Se sim, como ela vem sendo efetivada?

R: _____

2. Você acredita que a história de formação da comunidade tem contribuído com o desenvolvimento da proposta de educação desta instituição?

R: _____

3. Como tem se dado a participação da comunidade de forma geral nas atividades da escola? O Projeto Político-Pedagógico tem contado com a participação da comunidade?

R: _____

4. Quais são os desafios de se construir uma proposta de educação escolar quilombola?

R: _____

5. Que avanços são visíveis no Quilombo de São Pedro dos Bois e que podem ser frutos da proposta de Educação Escolar Quilombola adotada pela escola

R: _____

Apêndice 5 – Questionário aplicado as lideranças da comunidade

➤ Questionário aberto direcionado as lideranças da comunidade

1. Como foi o processo de Demarcação e Certificação deste espaço como um território quilombola?

2. Como a comunidade participou desse processo? Houve discordâncias ou conflitos?

3. Quais as políticas públicas que foram implementadas na comunidade a partir da certificação?

4. Qual a importância da escola, hoje Escola Quilombola Estadual Teixeira de Freitas para a construção e reafirmação da identidade e pertencimento Quilombola da comunidade?

Apêndice 6 - Perguntas direcionadas/Relato Voluntário - Secretária da Escola Teixeira de Freitas Anny Picanço

- 1- Como foi o processo de mudança de nomenclatura da escola para “escola quilombola” e qual a importância disso?
- 2- Quais as principais dificuldades de uma escola na área rural?
- 3- Como é a organização pedagógica da escola para o ano letivo? Como execução de PPP, projetos e outras programações.
- 4- A escola tem PPP atualizado? Se não, por que?
- 5- Quais as dificuldades encontradas para desenvolver projetos escolares com a temática da étnico-racial/ quilombola?
- 6- Como é a relação da escola com a comunidade e a história local?
- 7- Com relação a educação étnico-racial/quilombola como a escola aplica essas diretrizes/legislações?
- 8- Você acha que uma educação escolar quilombola, como a desenvolvida na escola tem impactado na comunidade.